# RELATÓRIO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DE PIUMHI/MG

## SEGUNDO SEMESTRE

## 2025

Vigilância
SOCIOASSISTENCIAL
Piumhi/MG

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI/MG**

Equipe responsável pela elaboração do documento: Núbia Florêncio Goulart Silva, Maikon José da Costa, e Francislene Nayara Camilo da Costa Dias.

**PIUMHI/MG**

**2025**

Paulo César Vaz
**Prefeito do Município de Piumhi/MG**

José Cirineu Silva
**Vice-Prefeito**

Maria Perpétua da Silva
**Secretária Municipal de Administração**

Kátia Regina Faria Costa
**Secretária Municipal de Assistência Social**

Maikon José da Costa
**Diretor do Departamento Municipal de Assistência Social**

Cynthia Teixeira de Oliveira Valério
**Psicóloga - Coordenação do CRAS - Proteção Social Básica (PSB)**

Neliane Aparecida Silva
**Assistente Social - Coordenação do CREAS - Proteção Social Especial (PSE)**

Priscila Mota Soares
**Gestão do Cadastro Único e Coordenadora do Programa Bolsa Família (PBF)**

Joseane Graciele Vieira da Costa
**Assistente Social - Técnica de Referência do Programa Bolsa Família (PBF)**

Lorena Soares Terra Rosa
**Assistente Social - Técnica de Referência da Vigilância Socioassistencial**

Núbia Florêncio Goulart Silva
**Orientadora Social - Referência da Gestão na Vigilância Socioassistencial**

Francislene Nayara Camilo da Costa Dias
**Orientadora Social - Setor de Vigilância Socioassistencial**

# Sumário

1. APRESENTAÇÃO ..... 6
1.1 Finalidade do Diagnóstico ..... 7
1.2 Fundamentação Legal e Ética ..... 8
1.3 Importância do Diagnóstico para o Planejamento e o Controle Social ..... 8
1.4 Panorama Inicial da Vulnerabilidade Social no Município ..... 8
1.5 Considerações sobre a Leitura Socioterritorial ..... 9
2. METODOLOGIA ..... 9
2.1 Período Analisado ..... 9
2.2 Fontes de Informação ..... 9
2.3 Procedimentos de Coleta, Sistematização e Análise dos Dados ..... 10
2.4 Limitações Metodológicas ..... 11
2.5 Critérios de Análise ..... 11
3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ANÁLISE SOCIOTERRITORIAL ..... 12
3.1 Contexto Geral e Aspectos Socioeconômicos ..... 12
3.2 Estrutura Demográfica da Vulnerabilidade ..... 13
3.2.1 Síntese do Perfil de Vulnerabilidade (2025) ..... 15
 Destaques dos Gráficos: ..... 15
3.3 Divisão Socioterritorial e Análise de Incidência de Vulnerabilidades ..... 15
3.4 Classificação de Risco Socioterritorial e Prioridades de Intervenção ..... 17
3.4.1 Classificação dos Territórios Urbanos ..... 18
3.4.2 Classificação do Território Rural ..... 19
3.5 Implicações para o Planejamento da Política de Assistência Social ..... 20
4. PERFIL DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ..... 20
4.1 Famílias Inscritas no Cadastro Único: Quantitativo, Faixa de Renda e Atualização Cadastral ..... 21
4.2 Composição Familiar das Famílias em Situação de Vulnerabilidade ..... 23
4.3 Perfil por Gênero e Feminilização da Vulnerabilidade Social ..... 25
4.4 Perfil por Ciclo de Vida: Crianças, Adolescentes e Idosos ..... 26
4.5 Indicadores de Vulnerabilidade Social ..... 28
A análise dos indicadores de vulnerabilidade social no município de Piumhi permite identificar os principais fatores que incidem sobre as famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a compreensão das condições de vida e para o direcionamento das ações da política de Assistência Social. ..... 28
5. TERRITORIALIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL ..... 30
5.1 Distribuição Territorial das Vulnerabilidades ..... 30
5.2 Territórios com Maior Incidência de Vulnerabilidade ..... 30
5.3 Distribuição das Famílias em Situação de Vulnerabilidade por Território ..... 32
5.4 Territórios com Menor Cobertura de Serviços Socioassistenciais ..... 32
5.5 Vazios de Atendimento Socioassistencial ..... 33
6. PROTEÇÃO DE RENDA NO MUNICÍPIO DE PIUMHI ..... 33
6.1 Programa Bolsa Família ..... 34
6.2 Benefício de Prestação Continuada (BPC) ..... 36
6.3 Benefícios Eventuais ..... 36
6.4 Análise Integrada da Proteção de Renda ..... 37
6.5 Principais Desafios da Proteção de Renda ..... 38
7. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ..... 38
7.1 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS ..... 39

7.2 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) ..... 39
Análise de Evolução (2º semestre de 2025) ..... 39
Principais Ações Desenvolvidas ..... 40
7.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ..... 40
Cobertura do Serviço ..... 40
7.4 Benefícios Socioassistenciais ..... 41
Indicadores do Período (2º semestre de 2025) ..... 41
7.5 Visitas Domiciliares e Busca Ativa ..... 41
7.6 Análise Técnica da Proteção Social Básica ..... 41
7.7 Principais Fragilidades ..... 42
7.8 Potencialidades ..... 42
7.9 Considerações Analíticas ..... 42
8. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ..... 43
8.1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS ..... 43
8.2 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) ..... 44
8.3 Perfil das Situações de Violação de Direitos ..... 45
8.4 Perfil dos Usuários Atendidos ..... 45
8.5 Fluxos, Encaminhamentos e Dinâmica da Rede ..... 46
8.6 Serviço de Abordagem Social e Situações de Rua ..... 46
8.7 Análise Técnica da Proteção Social Especial ..... 47
8.8 Principais Fragilidades ..... 47
8.9 Potencialidades ..... 47
8.10 Considerações Analíticas ..... 47
9. REDE SOCIOASSISTENCIAL E SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS ..... 48
9.1 Articulação da Rede Socioassistencial no Município ..... 49
9.2 Principais Avanços ..... 50
9.3 Desafios Identificados ..... 50
9.4 Considerações Analíticas ..... 50
10. ANÁLISE DE RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIAIS ..... 51
10.2 Violência contra Crianças e Adolescentes ..... 52
10.3 Violência contra Mulheres ..... 53
10.5 Situações de Negligência e Abandono ..... 56
10.6 Uso Problemático de Substâncias Psicoativas ..... 57
10.7 Trabalho Infantil ..... 59
10.8 Outras Situações de Risco Identificadas ..... 60
11. TENDÊNCIAS SOCIAIS NO PERÍODO ANALISADO ..... 62
12. PRIORIDADES TERRITORIAIS E PÚBLICOS PRIORITÁRIOS ..... 63
13. RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS ..... 65
13.1 Achados da Vigilância Socioassistencial ..... 65
13.1.2 Recomendações Técnicas da Vigilância Socioassistencial ..... 65
14. ANÁLISE DAS DEMANDAS DO SUAS POR TERRITÓRIO ..... 68
15. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS ..... 69
15.1 Síntese do Cenário Diagnosticado ..... 69
15.2 Necessidades de Expansão da Rede: CRAS 2 e CRAS Volante ..... 70
15.3 Pontos de Melhoria e Recomendações de Gestão ..... 70
16. Conclusão Final ..... 71

# 1. APRESENTAÇÃO

O presente Diagnóstico Socioterritorial da Vigilância Socioassistencial do município de Piumhi/MG, referente ao segundo semestre de 2025, constitui-se como instrumento técnico e estratégico de análise da realidade social local, com foco na identificação das situações de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos, bem como na avaliação da capacidade de resposta da rede socioassistencial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da Vigilância Socioassistencial, o diagnóstico integra o conjunto de instrumentos de planejamento e gestão da política pública, articulando-se diretamente com o Plano Municipal de Assistência Social 2026–2029. Sua construção baseia-se na sistematização e análise de dados provenientes do Cadastro Único para Programas Sociais, registros administrativos dos serviços socioassistenciais, sistemas de informação e estudos territoriais produzidos no município.

A Vigilância Socioassistencial, enquanto função estruturante do SUAS, assume papel central na produção, organização e análise de informações territorializadas, possibilitando a compreensão qualificada das expressões da questão social no município. Nesse sentido, este diagnóstico não se limita à apresentação de dados quantitativos, mas realiza uma leitura crítica e integrada das dinâmicas sociais, evidenciando desigualdades, padrões territoriais de vulnerabilidade e demandas emergentes.

A análise realizada aponta para um cenário marcado pela persistência e, em alguns casos, intensificação das vulnerabilidades sociais, associadas a fatores como instabilidade econômica, crescimento da demanda por serviços socioassistenciais, fragilização de vínculos familiares e comunitários e aumento das situações de violação de direitos. Destacam-se, ainda, desafios relevantes relacionados à proteção de crianças, adolescentes e pessoas idosas, ao enfrentamento da violência, ao uso problemático de substâncias psicoativas e à ampliação da população em situação de rua.

No campo da gestão, evidenciam-se limitações estruturais que impactam a efetividade da política pública, tais como a insuficiência de recursos humanos e de unidades de atendimento frente à demanda existente, fragilidades na articulação intersetorial, dificuldades nos processos de registro e monitoramento das informações, além da necessidade de padronização de fluxos e qualificação contínua das equipes. Soma-se a esse cenário a baixa priorização orçamentária da Assistência Social, o que compromete a expansão e o aprimoramento da rede socioassistencial.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecimento da participação dos usuários e do controle social, bem como à superação de estigmas historicamente associados à política de assistência social, que ainda interferem na adesão das famílias e na efetividade das ações desenvolvidas.

Diante desse contexto, o presente diagnóstico se consolida como instrumento fundamental para subsidiar a tomada de decisão, a definição de prioridades e o planejamento das ações da política de assistência social no município, orientando a

atuação da gestão, das equipes técnicas, do Conselho Municipal de Assistência Social e das organizações da sociedade civil.

Por fim, ressalta-se que o Diagnóstico Socioterritorial deve ser compreendido como instrumento dinâmico e contínuo, cuja atualização periódica é indispensável para o acompanhamento das transformações sociais do território, contribuindo para o fortalecimento da Vigilância Socioassistencial e para a efetivação dos direitos socioassistenciais da população de Piumhi/MG.

### 1.1 Finalidade do Diagnóstico

O presente Diagnóstico Socioterritorial da Vigilância Socioassistencial do município de Piumhi/MG, referente ao segundo semestre de 2025, constitui-se como instrumento técnico-gerencial estratégico para a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no âmbito municipal. Sua elaboração visa subsidiar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações socioassistenciais para o exercício de 2026, bem como o acompanhamento sistemático do Plano Municipal de Assistência Social (2026–2029).

A partir da lógica da Vigilância Socioassistencial, o diagnóstico orienta-se pela produção, sistematização e análise de informações territorializadas, possibilitando a leitura crítica da realidade socioterritorial, com ênfase na **identificação da incidência, distribuição e intensidade das situações de vulnerabilidade e risco social**, bem como na **análise da capacidade protetiva da rede socioassistencial instalada**.

Tem como objetivo geral qualificar a gestão da política pública de Assistência Social por meio da produção de evidências que orientem a tomada de decisão, a organização da oferta e a priorização de públicos e territórios.

Como objetivos específicos, destacam-se:

- **Gestão Estratégica e Alocação de Recursos:** Subsidiar a tomada de decisão da gestão municipal com base em evidências, promovendo maior equidade na distribuição de recursos e enfrentando a histórica baixa priorização orçamentária da política de Assistência Social.
- **Qualificação da Oferta dos Serviços:** Orientar a organização e execução das ações do CRAS e do CREAS, com foco na padronização de fluxos, definição de atribuições e redução de encaminhamentos indevidos.
- **Fortalecimento da Rede Socioassistencial:** Disponibilizar informações qualificadas para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), contribuindo para o planejamento integrado e ampliação das estratégias de busca ativa.
- **Gestão do Trabalho no SUAS:** Identificar situações de sobrecarga, acúmulo de funções e fragilidades institucionais, subsidiando ações de valorização e proteção dos trabalhadores do SUAS.

### 1.2 Fundamentação Legal e Ética

Este diagnóstico fundamenta-se nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS/2012), que instituem a Vigilância Socioassistencial como função essencial da política de assistência social, responsável pela produção, análise e disseminação de informações sobre as situações de vulnerabilidade e risco social e sobre a capacidade de resposta da rede socioassistencial.

A construção deste documento orienta-se pelos princípios da supremacia do atendimento às necessidades sociais, da universalização dos direitos, da equidade, da transparência e do respeito à dignidade dos usuários, assegurando uma abordagem ética e comprometida com a garantia de direitos.

O diagnóstico encontra-se em consonância com o Plano Municipal de Assistência Social 2026–2029, aprovado pelas Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) nº 03/2025 e nº 13/2025, consolidando-se como instrumento de apoio à gestão e ao controle social.

### 1.3 Importância do Diagnóstico para o Planejamento e o Controle Social

No âmbito da gestão municipal, o diagnóstico socioterritorial configura-se como instrumento estruturante da Vigilância Socioassistencial, ao transformar dados em informações estratégicas, permitindo a análise da relação entre **demanda (vulnerabilidades e riscos)** e **oferta (serviços, benefícios e programas)**.

Essa análise possibilita o enfrentamento de demandas complexas, como o aumento da população em situação de rua, a evasão escolar e o uso abusivo de substâncias psicoativas, orientando a atuação intersetorial e a priorização de territórios e públicos.

Para a rede socioassistencial, o diagnóstico contribui para a qualificação das intervenções, evidenciando a distribuição territorial das vulnerabilidades, a cobertura dos serviços e possíveis lacunas na proteção social.

Para o controle social, fortalece a transparência da gestão e o acesso à informação, subsidiando o acompanhamento e a deliberação no âmbito do CMAS, além de contribuir para o enfrentamento de estigmas e para a afirmação da Assistência Social como política pública de direito.

### 1.4 Panorama Inicial da Vulnerabilidade Social no Município

Para a construção deste diagnóstico, foram utilizados dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), principal instrumento de identificação e caracterização das famílias em situação de vulnerabilidade social no território.

A análise dos dados, referentes ao período de julho a dezembro de 2025, permitiu identificar a população em situação de vulnerabilidade e risco social a partir do critério de renda familiar per capita, conforme classificação:

- **Pobreza:** renda per capita de R$ 0,00 até R$ 218,00;

- **Baixa renda:** renda per capita de R$ 218,01 até R$ 660,00.

A sistematização dessas informações possibilitou a identificação de contingente significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade no município, evidenciando a relevância da política de Assistência Social enquanto estratégia de proteção social e garantia de direitos.

### 1.5 Considerações sobre a Leitura Socioterritorial

Embora os dados de renda sejam fundamentais para a identificação inicial das vulnerabilidades, sua análise isolada apresenta limitações, especialmente em municípios com maior diversidade territorial.

No caso de Piumhi, que possui **34 bairros e 7 conjuntos habitacionais**, tais indicadores mostram-se insuficientes para uma leitura aprofundada da realidade, uma vez que não captam integralmente fatores como desigualdade territorial, acesso a serviços, condições habitacionais e fragilidade de vínculos.

Diante disso, torna-se necessária a adoção de estratégias de análise territorializada, que permitam identificar com maior precisão os territórios com maior incidência de vulnerabilidades e qualificar o planejamento das ações socioassistenciais.

## 2. METODOLOGIA

A elaboração do presente Diagnóstico Socioterritorial da Vigilância Socioassistencial do município de Piumhi/MG baseou-se em uma abordagem metodológica de natureza quantitativa e qualitativa, com foco na análise territorializada das vulnerabilidades sociais e da capacidade de resposta da rede socioassistencial.

O processo de construção do diagnóstico foi estruturado a partir da coleta, sistematização, tratamento e análise de dados provenientes de diferentes fontes institucionais, garantindo maior confiabilidade, abrangência e consistência às informações apresentadas.

### 2.1 Período Analisado

O presente diagnóstico compreende o período de **julho a dezembro de 2025**, correspondente ao segundo semestre do referido ano. Sempre que pertinente, foram realizados comparativos com o semestre anterior, bem como com as metas e diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social (2026–2029), de modo a assegurar a continuidade do planejamento e a avaliação da evolução dos indicadores socioassistenciais.

### 2.2 Fontes de Informação

A construção deste diagnóstico baseou-se na **triangulação de dados quantitativos e qualitativos**, provenientes de diferentes sistemas de informação, registros administrativos e instrumentos de gestão, garantindo maior confiabilidade e abrangência na análise socioterritorial.

As principais fontes utilizadas foram:

- **Cadastro Único (CadÚnico):** Principal base para identificação e caracterização das famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente no que se refere à renda, composição familiar e ciclo de vida, com destaque para relatórios analíticos de crianças (0 a 6 anos) e adultos (18 a 59 anos).
- **Sistema Nacional de Emprego (SINE) – Piumhi:** Dados relacionados ao mercado de trabalho, incluindo solicitações de Seguro-Desemprego, intermediação de mão de obra e perfil dos trabalhadores, fundamentais para a análise da vulnerabilidade econômica.
- **Registros Administrativos do CRAS e CREAS:** Informações extraídas de prontuários físicos e eletrônicos, incluindo dados dos atendimentos realizados no âmbito do PAIF, PAEFI e atendimentos individualizados, possibilitando a análise da demanda por serviços e das situações de risco e violação de direitos.
- **Sistema GESUAS:** Utilizado para extração e sistematização de informações relativas à gestão do trabalho, atendimentos, acompanhamentos e organização dos serviços socioassistenciais no município.
- **Conselho Tutelar:** Dados referentes às notificações e atendimentos de situações envolvendo crianças e adolescentes, contribuindo para a identificação de violações de direitos e incidência de riscos específicos nesse público.
- **Plano Municipal de Assistência Social (PMAS 2026–2029):** Utilizado como instrumento orientador para análise das metas, diretrizes e prioridades da política de Assistência Social no município.

### 2.3 Procedimentos de Coleta, Sistematização e Análise dos Dados

Os dados foram coletados por meio de sistemas oficiais e ferramentas de gestão, tais como **CECAD, RMA e GESUAS**, sendo posteriormente consolidados em planilhas eletrônicas para organização, cruzamento e análise.

A análise adotou como eixo estruturante a **perspectiva da Vigilância Socioassistencial**, articulando informações sobre:

- a incidência de vulnerabilidades e riscos sociais;
- o perfil das famílias e indivíduos atendidos;
- a demanda por serviços socioassistenciais;
- e a capacidade de resposta da rede instalada.

Como estratégia de qualificação da leitura socioterritorial, utilizou-se a **territorialização do município**, permitindo a identificação de padrões diferenciados de vulnerabilidade e a análise da distribuição das demandas nos diferentes espaços geográficos.

### 2.4 Limitações Metodológicas

A análise dos dados apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados e na tomada de decisão:

- **Subnotificação e Fragilidade na Busca Ativa:** A inexistência de veículo exclusivo para a Vigilância Socioassistencial e para as equipes de referência dificulta a realização de visitas domiciliares, especialmente em áreas mais afastadas, podendo resultar em sub-registro de famílias em situação de extrema vulnerabilidade.
- **Fragilidades na Sistematização de Dados:** Observa-se dificuldade na padronização dos registros e no monitoramento contínuo dos indicadores, o que pode gerar inconsistências entre a demanda real existente no território e aquela formalmente registrada nos sistemas.
- **Encaminhamentos Indevidos entre Serviços:** Identifica-se um volume significativo de demandas direcionadas ao CREAS que não se caracterizam como situações de violação de direitos, mas sim como demandas da Proteção Social Básica ou de outras políticas públicas, o que pode impactar na leitura dos indicadores e na organização da oferta.
- **Limitações dos Sistemas de Informação:** A utilização de múltiplas bases de dados, nem sempre integradas entre si, pode dificultar o cruzamento de informações e a construção de análises mais aprofundadas sobre as famílias e territórios.

### 2.5 Critérios de Análise

Para garantir consistência e aprofundamento analítico, os dados foram organizados e interpretados a partir de três dimensões estruturantes:

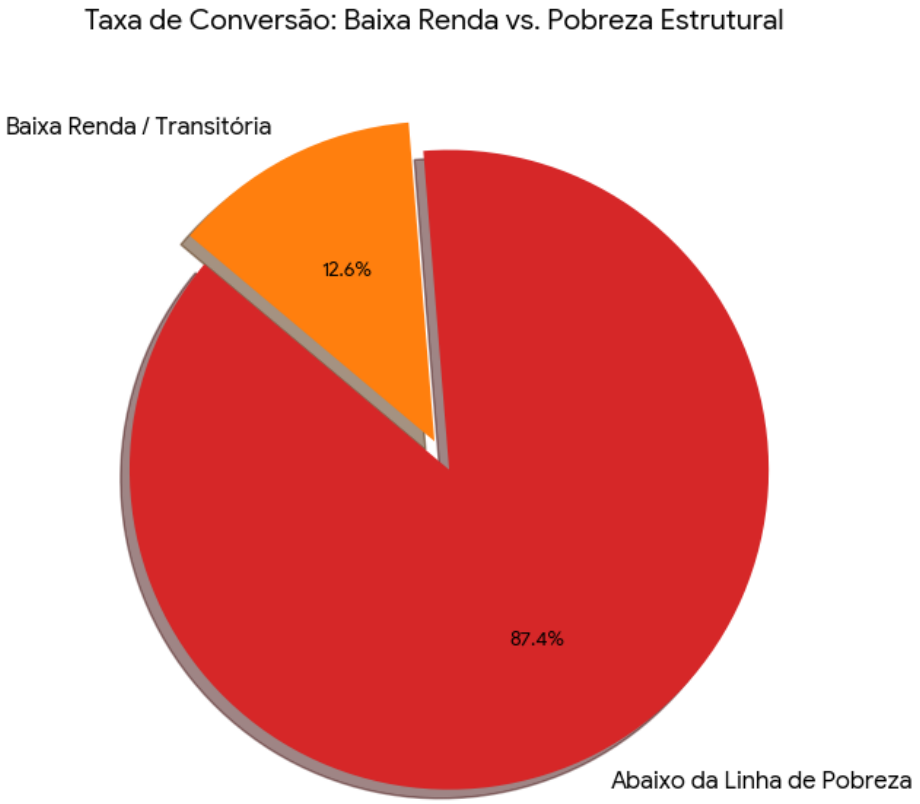
1. **Perfil Demográfico e Sociofamiliar:** Caracterização dos usuários quanto à faixa etária, gênero, composição familiar e inserção social, permitindo a identificação dos principais públicos da política de Assistência Social no município.
2. **Incidência de Vulnerabilidades e Riscos Sociais:** Análise das situações de vulnerabilidade, tais como pobreza, insegurança alimentar, desemprego e violações de direitos, com base nos registros administrativos e sistemas de informação.
3. **Capacidade de Resposta da Rede Socioassistencial:** Avaliação da suficiência, cobertura e organização dos serviços, programas e benefícios ofertados, considerando a relação entre demanda identificada e oferta disponível no território.

# 3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ANÁLISE SOCIOTERRITORIAL

## 3.1 Contexto Geral e Aspectos Socioeconômicos

O município de Piumhi, localizado na região Sudoeste de Minas Gerais, apresenta uma dinâmica socioeconômica caracterizada pela presença de **vulnerabilidades estruturais persistentes**, especialmente relacionadas à insuficiência de renda e às dificuldades de inserção qualificada no mercado de trabalho.

A análise dos dados evidencia que a pobreza no município possui caráter **predominantemente estrutural e aprofundado**, não se restringindo a situações transitórias. A taxa de conversão entre baixa renda e pobreza atinge **87,4%**, indicando que a maior parte das famílias vulneráveis se encontra significativamente abaixo da linha de pobreza, demandando intervenções públicas contínuas e integradas.




Esse cenário reforça a necessidade de políticas que articulem **transferência de renda, inclusão produtiva e qualificação profissional**, de modo a romper ciclos intergeracionais de vulnerabilidade.

No que se refere à dinâmica econômica local, observa-se relativa robustez nos setores de serviços e agropecuária. Contudo, persistem desigualdades no acesso ao emprego formal, refletindo-se no volume de atendimentos realizados pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE) de Piumhi, que se configura como equipamento de referência regional. Destaca-se que **18,6% dos atendimentos realizados são oriundos de municípios vizinhos**, evidenciando a centralidade de Piumhi na microrregião e ampliando a pressão sobre os serviços locais.

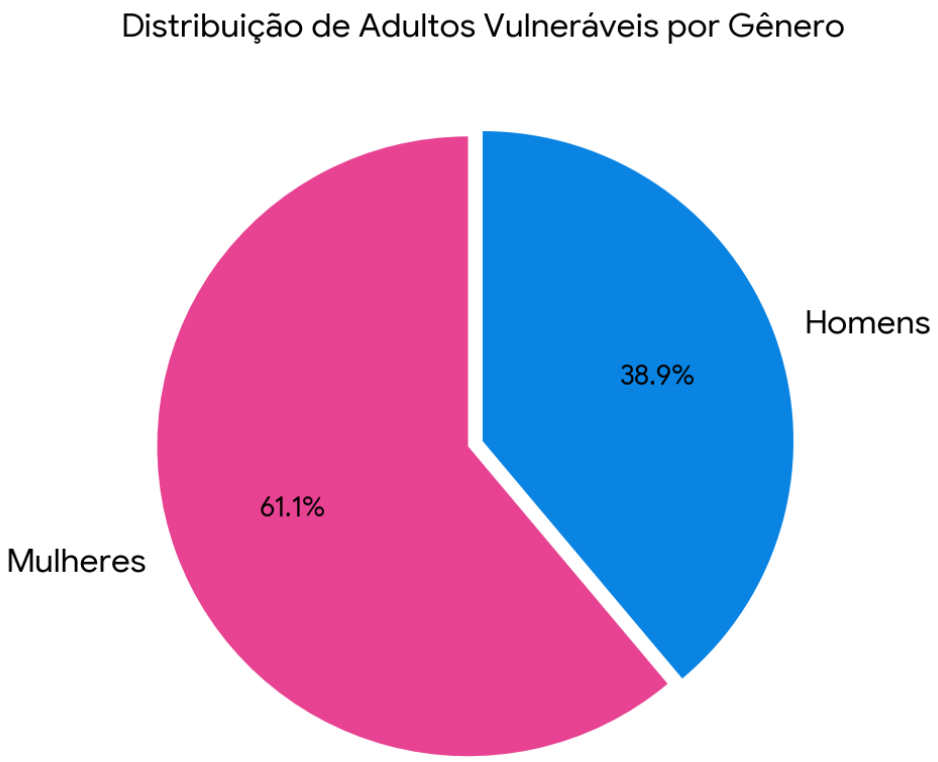
### 3.2 Estrutura Demográfica da Vulnerabilidade

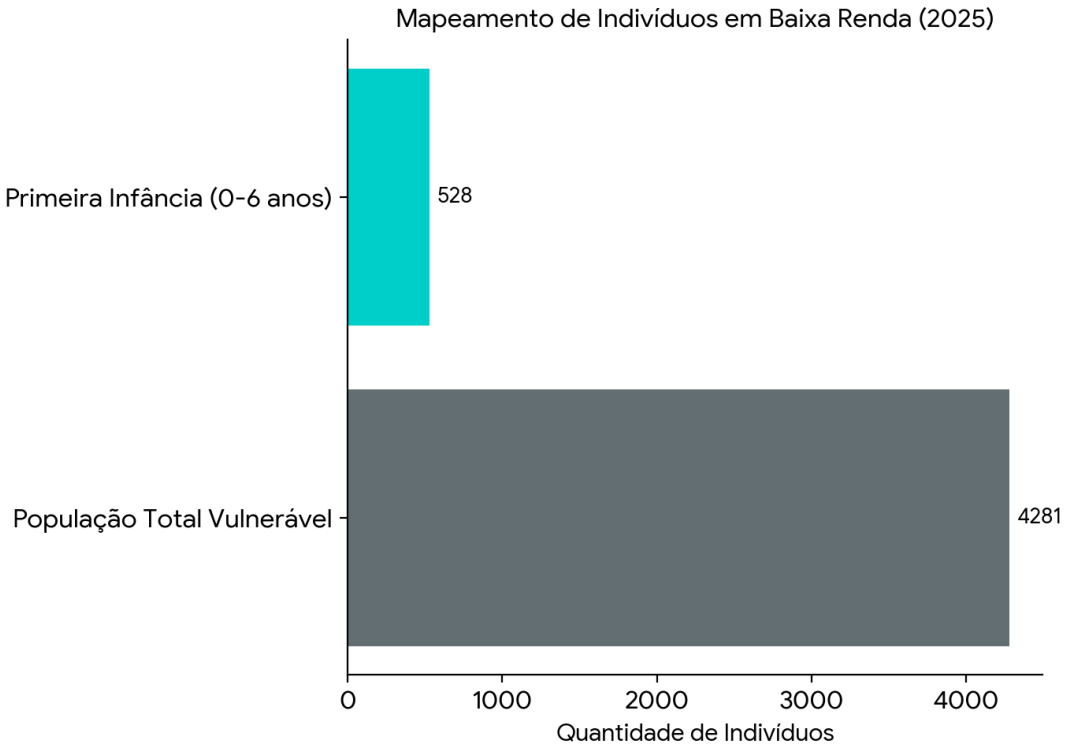
O mapeamento realizado pela Vigilância Socioassistencial em 2025 identificou **4.281 indivíduos em situação de baixa renda**, revelando características marcantes no perfil da vulnerabilidade no município.

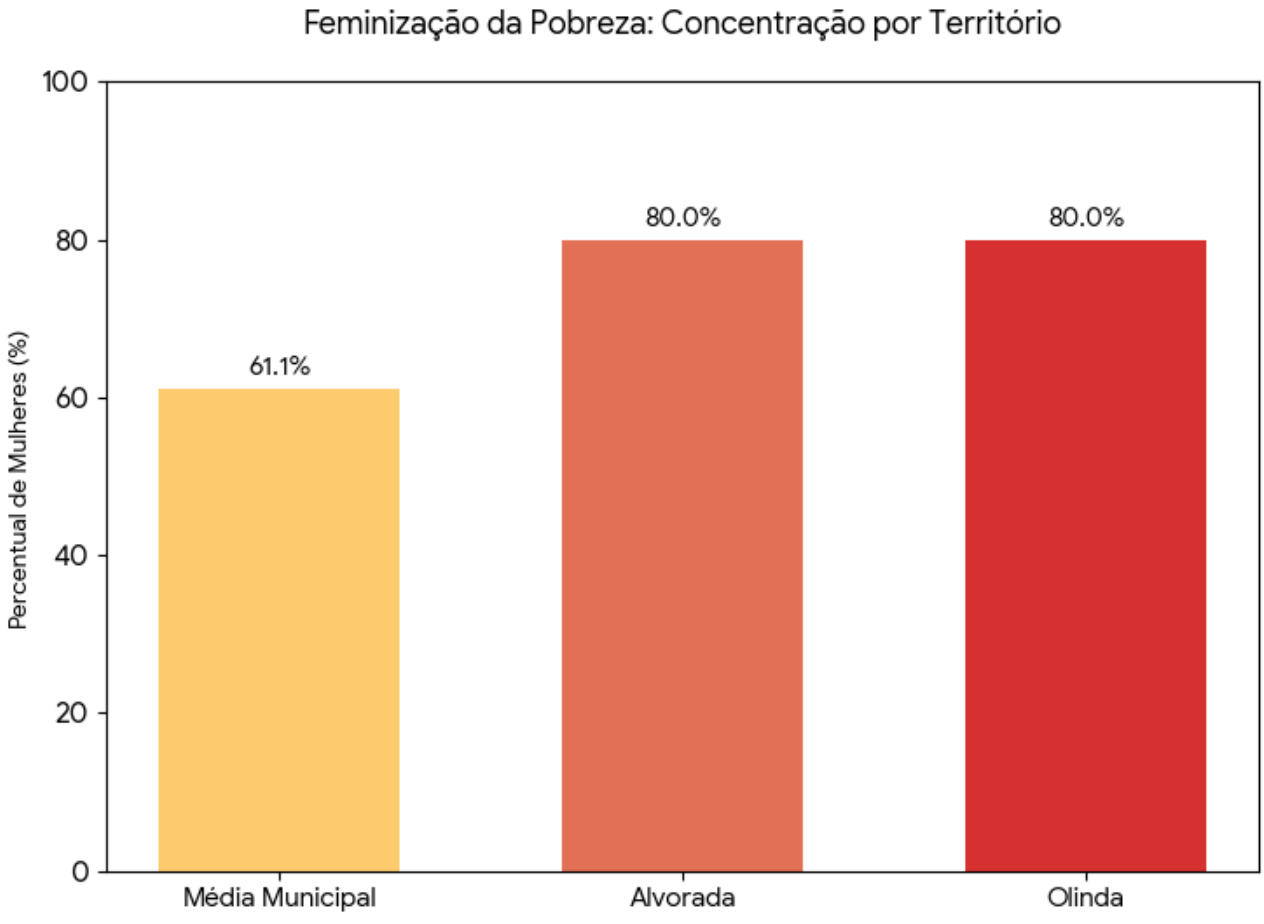
Observa-se, inicialmente, o fenômeno da **feminilização da pobreza**, uma vez que **61,1% dos adultos em situação de vulnerabilidade são mulheres**, com índices ainda mais elevados em determinados territórios, ultrapassando **80% em bairros como Alvorada e Olinda**. Esse dado evidencia a necessidade de políticas específicas voltadas à autonomia econômica feminina, enfrentamento das desigualdades de gênero e proteção social.

Outro aspecto relevante refere-se à **presença expressiva da primeira infância em contextos de vulnerabilidade**. Foram identificadas **528 crianças de 0 a 6 anos em situação de baixa renda**, o que aponta para riscos significativos ao desenvolvimento infantil e reforça a importância de ações intersetoriais voltadas à proteção integral.

Adicionalmente, verifica-se um processo de **envelhecimento da população vulnerável**, com aumento da demanda por serviços voltados à população idosa (60 anos ou mais). Destaca-se, nesse contexto, a concentração desse público em territórios específicos, evidenciando a necessidade de ampliação de serviços de convivência, cuidado e proteção social continuada.




Mapeamento de Indivíduos em Baixa Renda (2025)
Primeira Infância (0-6 anos)
528
População Total Vulnerável
4281
0
1000
2000
3000
4000
Quantidade de Indivíduos


Feminização da Pobreza: Concentração por Território
Percentual de Mulheres (%)
100
80
60
40
20
0
61.1%
80.0%
80.0%
Média Municipal
Alvorada
Olinda

### 3.2.1 Síntese do Perfil de Vulnerabilidade (2025)

Os dados revelam que a pobreza no município tem rosto e endereço definidos, exigindo um olhar atento para três pilares: gênero, infância e territórios críticos.

| Indicador Chave | Dado Estatístico | Impacto Estratégico |
|---|---|---|
| **Total de Indivíduos** | **4.281** | Volume expressivo de demanda por proteção social. |
| **Feminização** | **61,1%** | Necessidade de políticas de autonomia financeira para mulheres. |
| **Primeira Infância** | **528 crianças** | Risco ao desenvolvimento; demanda por ações intersetoriais. |
| **Zonas de Alerta** | **> 80%** | Bairros Alvorada e Olinda requerem atenção imediata. |

➢ **Destaques dos Gráficos:**

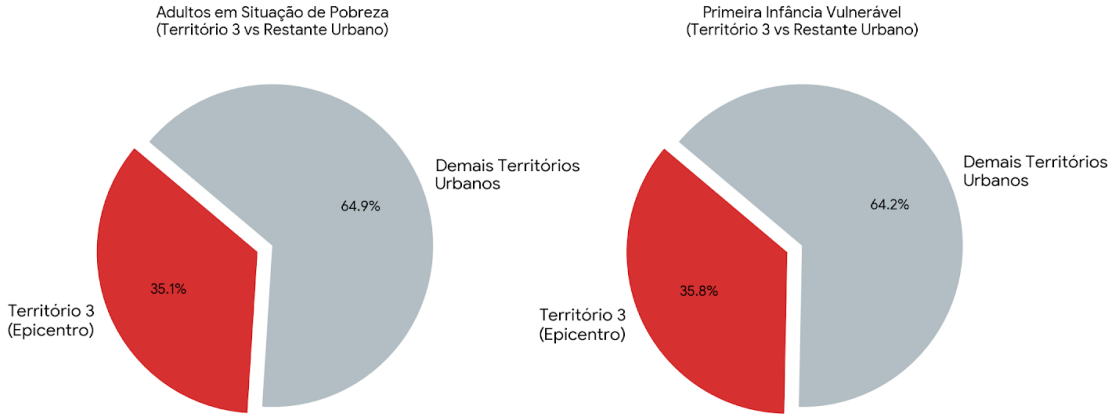
- **Gráfico 1 (Pizza):** Demonstra a predominância feminina (**61,1%**) entre adultos vulneráveis, justificando a criação de programas específicos de enfrentamento à desigualdade de gênero.
- **Gráfico 2 (Barras):** Ilustra a disparidade territorial. Enquanto a média municipal é alta, os bairros **Alvorada e Olinda** atingem um patamar crítico de **80%**, indicando a necessidade de descentralização de serviços.
- **Gráfico 3 (Horizontal):** Coloca em perspectiva o volume total da população mapeada em relação ao subgrupo da primeira infância, reforçando que o cuidado integral começa na base.

### 3.3 Divisão Socioterritorial e Análise de Incidência de Vulnerabilidades

Para fins de análise da Vigilância Socioassistencial, o município foi organizado em **5 territórios urbanos**, abrangendo 35 bairros, e **1 território rural, este subdividido em 7 áreas rurais para fins de análise**, compostos por 18 comunidades identificadas. Essa divisão possibilitou uma leitura mais precisa da distribuição das vulnerabilidades e da relação entre demanda e oferta de serviços.

A análise socioterritorial evidencia a existência de **territórios com elevada concentração de vulnerabilidades**, que se configuram como áreas prioritárias para a atuação da política de Assistência Social.

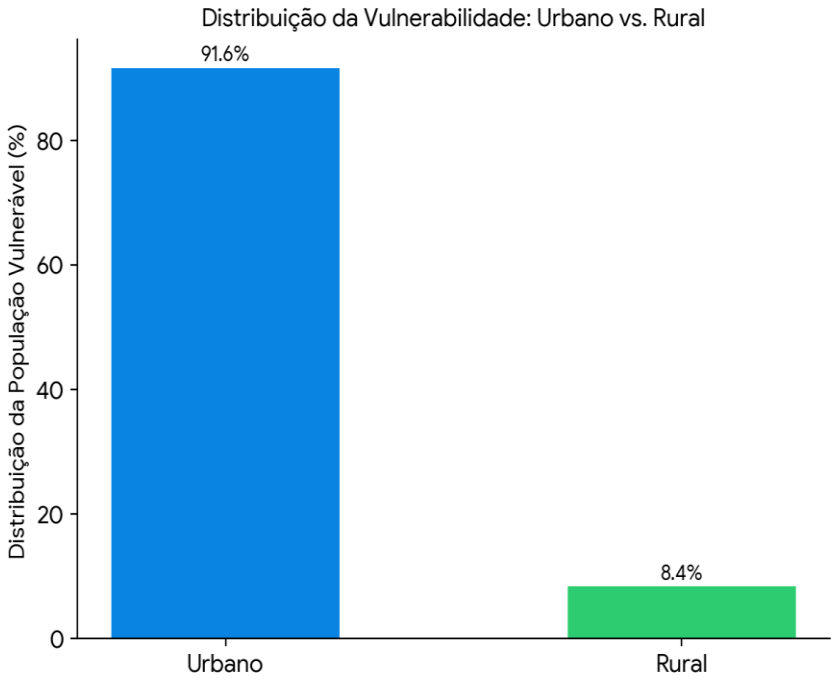
O **Território 3** destaca-se como o principal **epicentro das vulnerabilidades no município**, concentrando **35,1% dos adultos em situação de pobreza** e **35,8% das crianças na primeira infância**. Trata-se de uma área com alta densidade de demandas sociais, sendo o bairro **Nova Esperança** identificado como o núcleo de maior vulnerabilidade absoluta, exigindo priorização nas ações de proteção social básica e especial, bem como intensificação das estratégias de busca ativa e acompanhamento familiar.



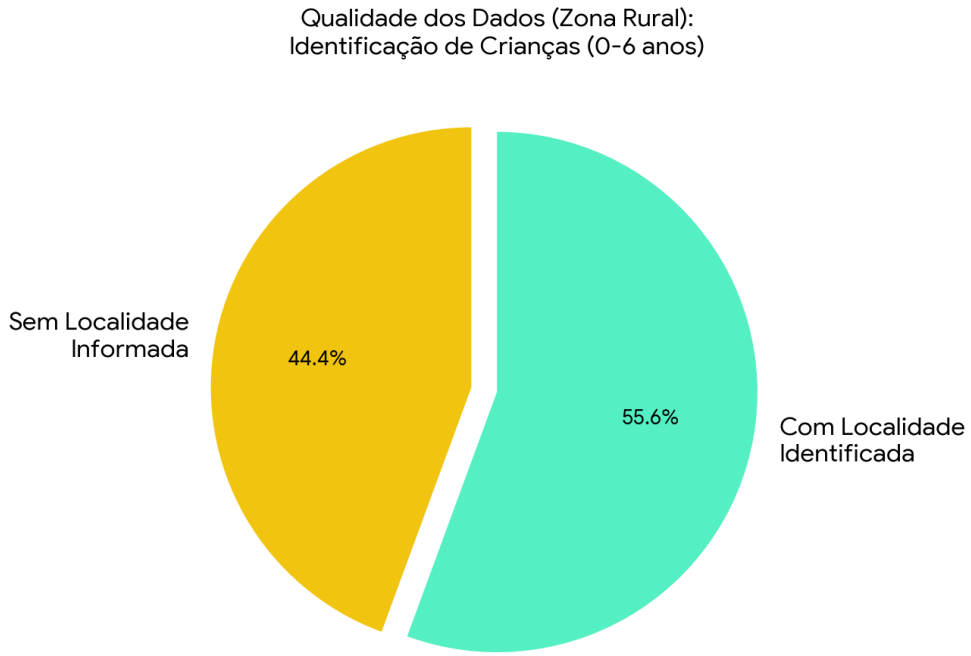

O **Território 2** apresenta características específicas associadas à **pobreza envelhecida e estrutural**, com destaque para o bairro **Nova Piumhi**, onde se observa elevada proporção de idosos em situação de vulnerabilidade, aliada à fragilidade das redes de apoio e à baixa presença de jovens. Esse cenário indica a necessidade de fortalecimento de serviços voltados à pessoa idosa, bem como estratégias de recomposição de vínculos familiares e comunitários.

Já o **Território 5** apresenta uma configuração marcada pela **coexistência de vulnerabilidades intergeracionais**, com alta concentração de crianças e idosos. Bairros como **Eliza Leonel** e **Jardim América** demandam atenção específica, sobretudo no que se refere à ampliação de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, capazes de atender simultaneamente diferentes ciclos de vida.

No que se refere ao **território rural**, este corresponde a aproximadamente **8,4% da população vulnerável mapeada**, com destaque para o **Território 5 Rural**, que concentra o maior número de registros. Entretanto, a análise evidencia um desafio significativo relacionado ao **sub-registro de informações**, especialmente no que diz respeito à identificação da localidade das famílias.



Destaca-se que **44,4% das crianças cadastradas na zona rural não possuem localidade informada**, o que compromete a efetividade das ações de busca ativa, o planejamento territorializado e a garantia de acesso aos serviços socioassistenciais. Essa lacuna evidencia a necessidade de fortalecimento das estratégias de vigilância no meio rural, com ampliação da cobertura cadastral e melhoria na qualidade das informações.




### 3.4 Classificação de Risco Socioterritorial e Prioridades de Intervenção

A partir da análise integrada dos dados de renda, perfil demográfico, incidência de vulnerabilidades e volume de demandas registradas nos serviços socioassistenciais, foi possível classificar os territórios do município conforme o **nível de risco socioterritorial**, com o objetivo de subsidiar a priorização das ações, a alocação de recursos e o planejamento estratégico da política de Assistência Social.

A classificação considera três níveis:

- **Alto Risco Socioterritorial:** Territórios com elevada concentração de pobreza, alta incidência de vulnerabilidades e forte pressão sobre os serviços socioassistenciais;
- **Médio Risco Socioterritorial:** Territórios com vulnerabilidades relevantes, porém com menor concentração ou com características específicas que demandam intervenções focalizadas;
- **Risco Emergente:** Territórios com tendência de crescimento das vulnerabilidades, exigindo ações preventivas e monitoramento contínuo.

### 3.4.1 Classificação dos Territórios Urbanos

**Território 3 – Alto Risco Socioterritorial (Prioridade Máxima)**

Caracteriza-se como o principal polo de concentração de vulnerabilidades do município, reunindo os maiores índices de pobreza entre adultos e crianças na primeira infância.

- **Principais características:**
  - Elevada concentração de famílias em situação de pobreza;
  - Forte presença de crianças em contexto de vulnerabilidade;
  - Alta demanda por atendimentos no CRAS e CREAS;
  - Presença de territórios com vulnerabilidade extrema, como o bairro Nova Esperança.
- **Diretrizes de intervenção:**
  - Intensificação da busca ativa e atualização cadastral;
  - Ampliação do acompanhamento familiar pelo PAIF;
  - Prioridade na oferta de benefícios eventuais;
  - Fortalecimento da articulação com educação e saúde (especialmente primeira infância);
  - Avaliação da necessidade de descentralização ou ampliação da oferta de serviços.

**Território 2 – Médio Risco com Vulnerabilidade Estrutural Específica**

Apresenta perfil marcado pela concentração de população idosa em situação de pobreza, com fragilidade das redes de apoio.

- **Principais características:**
  - Predominância de idosos em situação de vulnerabilidade;
  - Baixa presença de população jovem;
  - Fragilidade de vínculos familiares e comunitários;
  - Concentração no bairro Nova Piumhi.
- **Diretrizes de intervenção:**
  - Ampliação de serviços voltados à pessoa idosa;
  - Fortalecimento de grupos de convivência;
  - Articulação com políticas de saúde (atenção básica);

- Desenvolvimento de estratégias de apoio a cuidadores familiares.

**Território 5 – Médio Risco com Vulnerabilidade Intergeracional**

Caracteriza-se pela presença simultânea de públicos vulneráveis em diferentes ciclos de vida.

- **Principais características:**
  - Concentração de crianças e idosos;
  - Demandas relacionadas à convivência familiar e comunitária;
  - Destaque para bairros como Eliza Leonel e Jardim América.
- **Diretrizes de intervenção:**
  - Ampliação e fortalecimento do SCFV;
  - Ações integradas voltadas à família;
  - Promoção de atividades intergeracionais;
  - Monitoramento de situações de sobrecarga familiar.

**Territórios 1 e 4 – Risco Emergente / Monitoramento Preventivo**

Apresentam menor concentração de vulnerabilidades quando comparados aos demais, porém com indícios de crescimento de demandas sociais.

- **Principais características:**
  - Crescimento gradual de famílias cadastradas no CadÚnico;
  - Aumento na procura por serviços do CRAS;
  - Demandas relacionadas ao desemprego e insegurança alimentar.
- **Diretrizes de intervenção:**
  - Fortalecimento de ações preventivas;
  - Ampliação da busca ativa;
  - Monitoramento contínuo dos indicadores;
  - Atuação antecipada para evitar agravamento das vulnerabilidades.

### 3.4.2 Classificação do Território Rural

**Território Rural – Médio Risco com Alta Invisibilidade Social**

O território rural apresenta especificidades que impactam diretamente a identificação e o atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade.

- **Principais características:**
  - Representa 8,4% da população vulnerável identificada;
  - Dispersão geográfica das famílias;
  - Dificuldade de acesso aos serviços públicos;
  - Elevado índice de sub-registro (44,4% das crianças sem localidade identificada);
  - Destaque para o Território 5 Rural com maior concentração de registros.
- **Diretrizes de intervenção:**
  - Fortalecimento da busca ativa no meio rural;
  - Realização de ações itinerantes;
  - Atualização cadastral prioritária;
  - Melhoria na qualidade dos registros no CadÚnico;
  - Articulação com outras políticas públicas (saúde, educação, agricultura).

### 3.5 Implicações para o Planejamento da Política de Assistência Social

A classificação socioterritorial evidencia a necessidade de **reorganização da oferta socioassistencial com base no território**, orientando a priorização de recursos humanos, financeiros e operacionais.

Destacam-se como prioridades estratégicas:

- concentração de esforços nos territórios de alto risco;
- fortalecimento da Proteção Social Básica como estratégia preventiva;
- qualificação dos fluxos entre CRAS e CREAS;
- ampliação das estratégias de busca ativa;
- utilização contínua da Vigilância Socioassistencial como instrumento de gestão.

## 4. PERFIL DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

A análise do perfil das famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Piumhi constitui etapa fundamental da Vigilância Socioassistencial, na medida em que possibilita identificar, caracterizar e compreender os sujeitos atendidos pela política

de Assistência Social, bem como as múltiplas dimensões que compõem suas condições de vida.

A partir da integração de dados provenientes do Cadastro Único, dos registros administrativos do CRAS e CREAS, do Conselho Tutelar e do sistema GESUAS, observa-se que as famílias em situação de vulnerabilidade no município apresentam características que evidenciam a persistência de desigualdades estruturais, associadas principalmente à insuficiência de renda, à fragilidade de vínculos familiares e comunitários e às dificuldades de acesso a direitos sociais básicos.

Nesse contexto, o perfil das famílias não pode ser compreendido de forma isolada ou exclusivamente a partir de indicadores econômicos, sendo necessário considerar aspectos relacionados ao ciclo de vida, à composição familiar, às relações de gênero, às condições de inserção no mercado de trabalho e à incidência de situações de risco e violação de direitos.

A análise evidencia ainda que as vulnerabilidades se manifestam de forma **intersetorial e intergeracional**, afetando simultaneamente diferentes membros da família, como crianças, adolescentes, adultos e idosos, o que demanda respostas articuladas entre as diversas políticas públicas.

Dessa forma, a compreensão do perfil das famílias em situação de vulnerabilidade social permite qualificar o planejamento das ações socioassistenciais, orientar a organização da oferta de serviços e fortalecer estratégias de prevenção e proteção social, contribuindo para a efetivação da Assistência Social como política pública de direito no município de Piumhi.

### 4.1 Famílias Inscritas no Cadastro Único: Quantitativo, Faixa de Renda e Atualização Cadastral

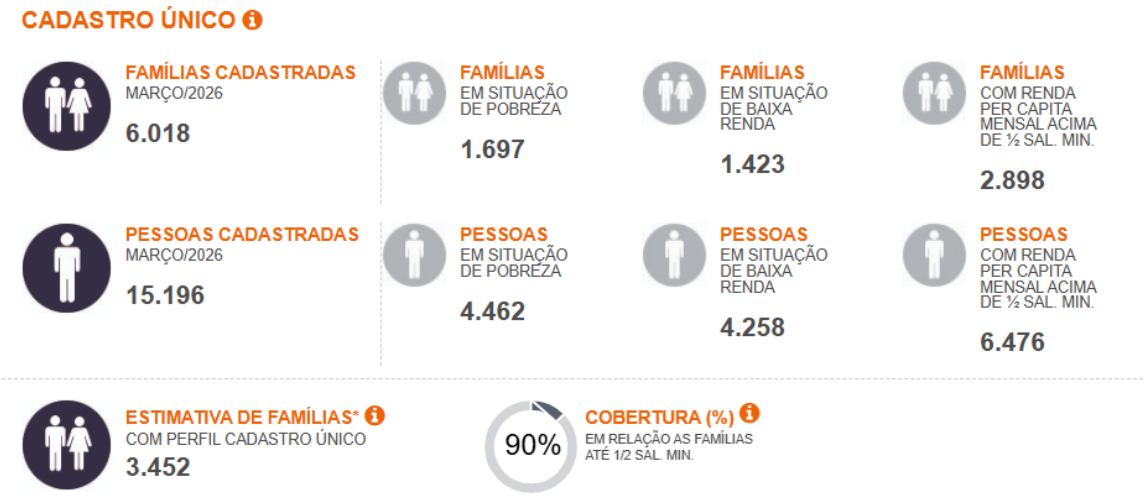
O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) constitui o principal instrumento de identificação, caracterização e seleção das famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Piumhi. Por meio dele, é possível conhecer a realidade socioeconômica das famílias, subsidiando o acesso a benefícios, programas e serviços socioassistenciais, bem como o planejamento das políticas públicas.

No contexto deste diagnóstico, o CadÚnico foi utilizado como base para a análise do quantitativo de famílias cadastradas, sua distribuição por faixa de renda e a situação cadastral, especialmente no que se refere à atualização das informações.

Atualmente, o município de Piumhi possui **6.018 famílias inscritas no Cadastro Único**, representando o universo de famílias potencialmente elegíveis às ações da política de Assistência Social. Ressalta-se que este quantitativo abrange diferentes níveis de vulnerabilidade, sendo necessária a análise da renda para a correta identificação do público prioritário.

No que se refere à **faixa de renda**, as famílias cadastradas distribuem-se da seguinte forma:

- **1.697 (28%) famílias em situação de pobreza** (renda per capita de até R$ 218,00), caracterizadas por maior exposição a riscos sociais e maior dependência de programas de transferência de renda;
- **1.423 (24%) famílias em situação de baixa renda** (renda per capita entre R$ 218,01 e R$ 660,00), que, embora em condição menos extrema, ainda demandam acompanhamento e acesso a políticas públicas.




A análise desses dados evidencia que a maior parte das famílias cadastradas encontra-se em situação de pobreza, indicando um cenário de vulnerabilidade social mais agravado, que demanda intervenções contínuas e maior presença do Estado.

Essa classificação permite compreender não apenas o volume de famílias atendidas, mas também a intensidade da vulnerabilidade social presente no município, sendo fundamental para a definição de prioridades na oferta de serviços e benefícios.

Outro aspecto essencial para a análise do Cadastro Único refere-se à **atualização cadastral**. No município, verifica-se que:

- **5.587 (93%) famílias encontram-se com cadastro atualizado**;
- **431 famílias apresentam cadastro desatualizado**.



A análise desse indicador demonstra que o município apresenta um bom nível de atualização cadastral, indicando capacidade de monitoramento contínuo das famílias e maior confiabilidade das informações utilizadas no planejamento.

A atualização cadastral deve ocorrer, preferencialmente, a cada dois anos ou sempre que houver alterações na realidade familiar, como mudança de renda, endereço ou composição familiar. A ausência de atualização compromete a fidedignidade das informações e pode impactar diretamente na identificação das famílias em situação de vulnerabilidade.

➢ Cadastros desatualizados podem:

- ocultar situações de agravamento da vulnerabilidade;
- manter registros que não refletem mais a realidade das famílias;
- dificultar a realização de busca ativa qualificada;
- comprometer o planejamento e a execução das ações socioassistenciais.

Dessa forma, o nível de atualização cadastral configura-se como um importante **indicador de qualidade da gestão da Vigilância Socioassistencial**, refletindo a capacidade do município em manter informações atualizadas e acompanhar de forma contínua as famílias.

Nesse sentido, torna-se fundamental o fortalecimento das estratégias de atualização cadastral e busca ativa, especialmente nos territórios com maior incidência de vulnerabilidades e na zona rural, visando aprimorar a qualidade das informações e garantir maior efetividade na oferta das ações da política de Assistência Social no município de Piumhi.

### 4.2 Composição Familiar das Famílias em Situação de Vulnerabilidade

A análise da composição familiar das famílias inscritas no Cadastro Único no município de Piumhi permite compreender a estrutura dos arranjos familiares e identificar fatores que potencializam situações de vulnerabilidade e risco social.

Os dados evidenciam a presença de diferentes configurações familiares, com destaque para grupos que demandam maior atenção da política de Assistência Social, em função de suas especificidades e necessidades de proteção.

No que se refere às **famílias monoparentais**, foram identificadas **1.534 famílias** nessa condição. Esses arranjos familiares, em sua maioria chefiados por mulheres, tendem a apresentar maior grau de vulnerabilidade, especialmente em razão da concentração de responsabilidades relacionadas à provisão de renda e aos cuidados familiares em um único responsável.

A análise desse dado indica que há uma presença significativa de famílias monoparentais no município, o que reforça a necessidade de políticas voltadas ao fortalecimento da autonomia econômica, apoio ao cuidado e proteção social continuada].

Em relação às **famílias com presença de crianças e adolescentes**, foram identificadas **1.566 famílias**.

A presença de crianças no núcleo familiar demanda atenção prioritária das políticas públicas, considerando que a vivência em contextos de vulnerabilidade pode impactar diretamente o desenvolvimento integral.

Esse cenário indica há uma forte incidência de famílias com crianças em situação de vulnerabilidade, o que exige o fortalecimento de ações voltadas à primeira infância, acompanhamento familiar e articulação intersetorial com saúde e educação.

No que se refere às **famílias com presença de idosos**, foram identificadas **357 famílias**. Esse dado revela a necessidade de atenção às demandas relacionadas ao envelhecimento, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, onde podem ocorrer situações de isolamento, dependência e fragilidade de vínculos.

A análise aponta que há uma demanda crescente por serviços voltados à pessoa idosa, exigindo o fortalecimento de ações de convivência, proteção social e apoio às famílias cuidadoras.

Em relação às famílias com pessoas com deficiência, destaca-se que o dado não foi totalizado nos relatórios analíticos, sendo este público identificado, de forma mais evidente, apenas no âmbito do acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Essa ausência de sistematização configura uma **fragilidade na produção de informações**, contribuindo para a subnotificação desse público e limitando a atuação da Vigilância Socioassistencial, especialmente no que se refere à identificação territorializada das demandas e ao planejamento de ações específicas.

A presença de pessoas com deficiência no núcleo familiar constitui um fator que pode intensificar as situações de vulnerabilidade social, sobretudo quando associada à baixa renda, às dificuldades de acesso a serviços públicos e à sobrecarga nos cuidados familiares. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de aprimoramento dos registros e da produção de dados, bem como do fortalecimento de ações intersetoriais e da oferta de suporte contínuo às famílias, visando à garantia de direitos e à promoção da inclusão social desse público.

De forma geral, a análise da composição familiar evidencia que as vulnerabilidades no município de Piumhi estão fortemente associadas à presença de públicos que demandam maior proteção social, como crianças, idosos e pessoas com deficiência, além de arranjos familiares com maior fragilidade estrutural, como as famílias monoparentais.

Observa-se ainda que, em muitos casos, essas características se apresentam de forma **cumulativa no mesmo núcleo familiar**, potencializando as situações de risco e exigindo intervenções integradas, contínuas e territorializadas por parte da rede socioassistencial.

Dessa forma, a compreensão da composição familiar configura-se como elemento central para a organização da oferta de serviços, o planejamento de ações específicas e o fortalecimento das estratégias de acompanhamento familiar no âmbito do SUAS.

### 4.3 Perfil por Gênero e Feminilização da Vulnerabilidade Social

A análise do perfil por gênero das famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Piumhi evidencia a presença marcante do fenômeno da **feminilização da pobreza**, caracterizado pela maior incidência de mulheres em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

De acordo com os dados levantados, foram identificadas:

- **1.441 mulheres em situação de vulnerabilidade**;
- **922 homens em situação de vulnerabilidade**.

Em termos proporcionais, as mulheres representam **61,1% da população adulta vulnerável**, enquanto os homens correspondem a **38,9%**, evidenciando uma desigualdade significativa na distribuição da vulnerabilidade por gênero.

Em determinados territórios, essa proporção se intensifica ainda mais, ultrapassando **80% de mulheres em situação de vulnerabilidade**, especialmente em bairros como **Alvorada e Olinda**, o que demonstra a concentração territorial desse fenômeno.

A análise desses dados indica que há uma predominância expressiva de mulheres em situação de vulnerabilidade, evidenciando a feminilização da pobreza como característica estrutural no município.

Esse cenário está diretamente relacionado a fatores estruturais que impactam a vida das mulheres, tais como:

- maior responsabilização pelos cuidados com filhos, idosos e pessoas com deficiência;
- dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho formal;
- predominância em ocupações informais e de baixa remuneração;
- desigualdade de oportunidades;
- maior exposição a situações de violência doméstica e familiar.

Destaca-se ainda que a feminilização da pobreza está frequentemente associada à presença de **famílias monoparentais femininas**, nas quais as mulheres assumem, de forma exclusiva, a responsabilidade pela manutenção do núcleo familiar.

Do ponto de vista da Vigilância Socioassistencial, esse cenário exige a adoção de estratégias específicas, orientadas para a redução das desigualdades de gênero. Nesse sentido, torna-se fundamental:

- fortalecer políticas de inclusão produtiva voltadas às mulheres;
- ampliar o acesso ao acompanhamento familiar no âmbito do PAIF;
- promover ações de fortalecimento de vínculos;

- intensificar a articulação com a rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

Dessa forma, a análise do perfil por gênero evidencia não apenas uma característica relevante da vulnerabilidade social no município de Piumhi, mas também um eixo estratégico para o planejamento das ações socioassistenciais.

### 4.4 Perfil por Ciclo de Vida: Crianças, Adolescentes e Idosos

A análise do perfil das famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Piumhi, a partir da perspectiva do ciclo de vida, permite identificar como os riscos e vulnerabilidades se distribuem entre diferentes grupos etários, evidenciando demandas específicas e a necessidade de respostas diferenciadas por parte da política de Assistência Social.

No que se refere à **primeira infância (0 a 6 anos)**, foram identificadas **927 crianças** em situação de vulnerabilidade, destacando-se que, conforme levantamento realizado, esse grupo representa parcela significativa da população atendida. Em análises anteriores, já se observa a presença de **528 crianças nessa faixa etária em situação de baixa renda**, correspondendo a **22,4% do percentual sobre total da população vulnerável**, o que evidencia a expressiva inserção da primeira infância em contextos de vulnerabilidade social.

Esse dado indica há uma presença significativa de crianças em situação de vulnerabilidade, o que demanda prioridade absoluta na implementação de políticas públicas voltadas à proteção integral, desenvolvimento infantil e fortalecimento das famílias.

A vivência da infância em contextos de vulnerabilidade pode impactar diretamente o desenvolvimento físico, emocional e social, reforçando a necessidade de atuação intersetorial, especialmente com as políticas de saúde e educação.

Em relação aos **adolescentes (7 a 17 anos)**, foram identificados **1.188 indivíduos** em situação de vulnerabilidade.

Esse público apresenta demandas específicas relacionadas à permanência escolar, convivência comunitária, prevenção de situações de risco e fortalecimento de vínculos. A análise indica que há uma demanda relevante de adolescentes em situação de vulnerabilidade, o que exige a ampliação de ações preventivas e de fortalecimento de vínculos, especialmente por meio do SCFV.

Além disso, destaca-se a importância da atuação articulada com o Conselho Tutelar, considerando a incidência de situações de violação de direitos nessa faixa etária.

No que se refere à **população idosa (60 anos ou mais)**, foram identificados **357 idosos** em situação de vulnerabilidade.

Observa-se um processo de **crescimento da população idosa em contextos de vulnerabilidade**, com destaque para territórios específicos do município, como já evidenciado na análise socioterritorial. Esse cenário indica a presença de demandas relacionadas ao envelhecimento, tais como:

- isolamento social;
- fragilidade de vínculos familiares;
- dependência para atividades da vida diária;
- necessidade de cuidados contínuos.

A análise aponta que há uma tendência de envelhecimento da população vulnerável, o que exige o fortalecimento de serviços voltados à pessoa idosa, especialmente no que se refere à convivência e proteção social continuada.

De forma geral, a análise por ciclo de vida evidencia que as vulnerabilidades no município de Piumhi se manifestam de forma **intergeracional**, atingindo simultaneamente crianças, adolescentes e idosos dentro do mesmo núcleo familiar.

Esse cenário reforça a necessidade de:

- fortalecimento da Proteção Social Básica;
- ampliação do acompanhamento familiar;
- desenvolvimento de ações intersetoriais;
- organização de serviços que considerem as especificidades de cada faixa etária.

Dessa forma, a abordagem por ciclo de vida contribui para uma leitura mais completa da realidade social do município, orientando o planejamento de ações mais eficazes e alinhadas às necessidades da população.

| | Masculino | % Masculino | Feminino | % Feminino | Total* | % Etária Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Entre 0 e 3 | 321 | 52,20% | 294 | 47,80% | 615 | 11,42% |
| Entre 4 a 6 | 273 | 55,94% | 215 | 44,06% | 488 | 9,06% |
| Entre 7 a 15 | 674 | 52,09% | 620 | 47,91% | 1.294 | 24,03% |
| Entre 16 a 17 | 105 | 47,09% | 118 | 52,91% | 223 | 4,14% |
| Entre 18 a 24 | 193 | 36,14% | 341 | 63,86% | 534 | 9,92% |
| Entre 25 a 34 | 185 | 23,57% | 600 | 76,43% | 785 | 14,58% |
| Entre 35 a 39 | 103 | 26,55% | 285 | 73,45% | 388 | 7,21% |
| Entre 40 a 44 | 106 | 30,99% | 236 | 69,01% | 342 | 6,35% |
| Entre 45 a 49 | 102 | 39,38% | 157 | 60,62% | 259 | 4,81% |
| Entre 50 a 54 | 78 | 40,41% | 115 | 59,59% | 193 | 3,58% |
| Entre 55 a 59 | 74 | 54,01% | 63 | 45,99% | 137 | 2,54% |
| Entre 60 a 64 | 51 | 50,50% | 50 | 49,50% | 101 | 1,88% |
| Maior que 65 | 17 | 68,00% | 8 | 32,00% | 25 | 0,46% |
| **Total** | **2.282** | **42,38%** | **3.102** | **57,62%** | **5.384** | **100,00%** |

### 4.5 Indicadores de Vulnerabilidade Social

A análise dos indicadores de vulnerabilidade social no município de Piumhi permite identificar os principais fatores que incidem sobre as famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a compreensão das condições de vida e para o direcionamento das ações da política de Assistência Social.

Para este diagnóstico, foram considerados indicadores socioeconômicos estruturantes, com base nos dados do Cadastro Único e registros administrativos, destacando-se:

#### a) Baixa Renda

A baixa renda constitui um dos principais indicadores de vulnerabilidade social, refletindo diretamente na capacidade das famílias de atenderem suas necessidades básicas.

No município, observa-se a presença de **1.423 famílias em situação de baixa renda**, evidenciando um contingente significativo de famílias com recursos financeiros limitados.

A análise desse indicador demonstra que há uma elevada incidência de famílias com baixa renda, o que indica vulnerabilidade econômica persistente e necessidade de fortalecimento das políticas de transferência de renda e inclusão produtiva.

#### b) Baixa Escolaridade

A baixa escolaridade dos responsáveis familiares configura-se como fator relevante de vulnerabilidade, uma vez que está diretamente associada às dificuldades de inserção no mercado de trabalho e à limitação de acesso a oportunidades.

No município, estima-se que entre **35% e 40% da população em situação de vulnerabilidade apresenta baixa escolaridade**, com maior incidência entre os responsáveis familiares. Esse dado evidencia um fator estrutural relevante, diretamente associado às dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, à limitação de acesso a oportunidades e à manutenção de ciclos intergeracionais de pobreza.

#### c) Trabalho Informal e Precarização do Trabalho

A inserção no mercado de trabalho de forma informal ou precária é outro indicador importante de vulnerabilidade social.

Observa-se que, embora não haja um percentual exato de informalidade no município, os dados do SINE indicam indícios relevantes de **fragilidade nos vínculos formais de trabalho**. Destaca-se que a busca por serviços relacionados à "Senha GOV" e ao **Seguro-Desemprego** representou **68,7% dos atendimentos no mês de dezembro**, o que sugere alta rotatividade no mercado de trabalho e instabilidade ocupacional.

Esse cenário aponta para a presença significativa de famílias com renda proveniente de atividades informais, caracterizadas pela ausência de vínculo formal, instabilidade e, em geral, baixa remuneração.

Ressalta-se, contudo, que a ausência de dados consolidados sobre a informalidade configura uma **limitação importante na produção de informações**, indicando possível **subnotificação dessa condição no território**. Tal fragilidade compromete a precisão da leitura socioterritorial e limita a atuação da Vigilância Socioassistencial na identificação mais assertiva das vulnerabilidades relacionadas ao trabalho e renda.

A análise evidencia que a predominância do trabalho informal contribui diretamente para a **instabilidade econômica das famílias**, dificultando a superação das situações de vulnerabilidade social e ampliando a dependência de políticas públicas, especialmente as de transferência de renda e benefícios socioassistenciais.

**d) Dependência de Benefícios Socioassistenciais e de Transferência de Renda**

A dependência de benefícios sociais, como programas de transferência de renda, constitui importante indicador de vulnerabilidade, especialmente quando representa a principal ou única fonte de renda familiar.

No município, verifica-se que 100% do público mapeado nos relatórios de pobreza e baixa renda — aproximadamente 4.000 pessoas, considerando todos os ciclos de vida — dependem ou se configuram como público-alvo de benefícios sociais para sua subsistência.

Esse dado evidencia uma **elevada dependência das políticas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais**, demonstrando seu papel essencial na garantia de condições mínimas de sobrevivência da população em situação de vulnerabilidade.

Por outro lado, esse cenário também revela a presença de **vulnerabilidades estruturais persistentes**, especialmente relacionadas à insuficiência de renda própria e à fragilidade na inserção no mercado de trabalho, indicando a necessidade de fortalecimento de estratégias voltadas à autonomia das famílias, como ações de inclusão produtiva, qualificação profissional e articulação com políticas de trabalho e renda.

Ressalta-se, ainda, que a centralidade dos benefícios sociais como principal fonte de subsistência pode indicar **limitações na superação das vulnerabilidades**, reforçando a importância do acompanhamento familiar contínuo e da atuação intersetorial como estratégias fundamentais para a promoção da proteção social e da emancipação dos usuários.

A análise dos indicadores evidencia que a vulnerabilidade social no município de Piumhi está fortemente associada a fatores estruturais, especialmente relacionados à renda, escolaridade e inserção no mercado de trabalho.

Observa-se que esses indicadores se apresentam de forma interligada, formando um ciclo de vulnerabilidade caracterizado por:

- baixa renda associada à baixa escolaridade;
- inserção precária no mercado de trabalho;
- dependência de benefícios sociais como principal fonte de renda.

Esse cenário reforça a necessidade de atuação integrada entre as políticas públicas, especialmente Assistência Social, Educação e Trabalho e Renda, visando não apenas a proteção social, mas também a promoção da autonomia das famílias.

# 5. TERRITORIALIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL

A territorialização da vulnerabilidade social no município de Piumhi evidencia a distribuição desigual das situações de risco e vulnerabilidade entre os territórios urbanos e rurais, permitindo a identificação de áreas prioritárias para a atuação da política de Assistência Social.

Os dados analisados, oriundos do Cadastro Único, indicam que a população em situação de vulnerabilidade encontra-se distribuída em **5 territórios urbanos e 1 território rural, subdividido em 7 áreas rurais,**, com predominância expressiva na zona urbana, que concentra **91,6% dos registros**, enquanto a zona rural representa **8,4%**.

## 5.1 Distribuição Territorial das Vulnerabilidades

O município de Piumhi foi organizado em **5 territórios urbanos e 1 território rural, este subdividido em 7 áreas rurais,** com o objetivo de qualificar a leitura da realidade social e possibilitar a identificação mais precisa das áreas com maior incidência de vulnerabilidades.

A análise dos dados evidencia que a vulnerabilidade social no município **não se distribui de forma homogênea**, apresentando concentração em territórios específicos, especialmente na zona urbana, que concentra **91,6% dos registros**, enquanto a zona rural representa **8,4% da população em situação de vulnerabilidade**.

Observa-se que:

- determinados territórios concentram maior número de famílias em situação de pobreza e baixa renda;
- há regiões com presença significativa de crianças na primeira infância em situação de vulnerabilidade, indicando risco ao desenvolvimento infantil;
- alguns territórios apresentam maior concentração de população idosa em condição de risco social, com demandas relacionadas ao envelhecimento;
- a zona rural apresenta desafios relacionados ao acesso aos serviços, dispersão territorial e fragilidade na identificação das famílias.

Esse cenário reforça a importância da territorialização como instrumento estratégico da Vigilância Socioassistencial, permitindo direcionar as ações de forma mais eficiente e equitativa.

## 5.2 Territórios com Maior Incidência de Vulnerabilidade

A análise socioterritorial identifica o **Território 3 como o principal polo de concentração de vulnerabilidades do município**, reunindo os maiores índices de pobreza e baixa renda, além de significativa presença de crianças em situação de risco social.

Os dados evidenciam que o Território 3 concentra:

- **745 adultos em situação de baixa renda**;
- **173 crianças de 0 a 6 anos**, representando **35,8% das crianças urbanas**.

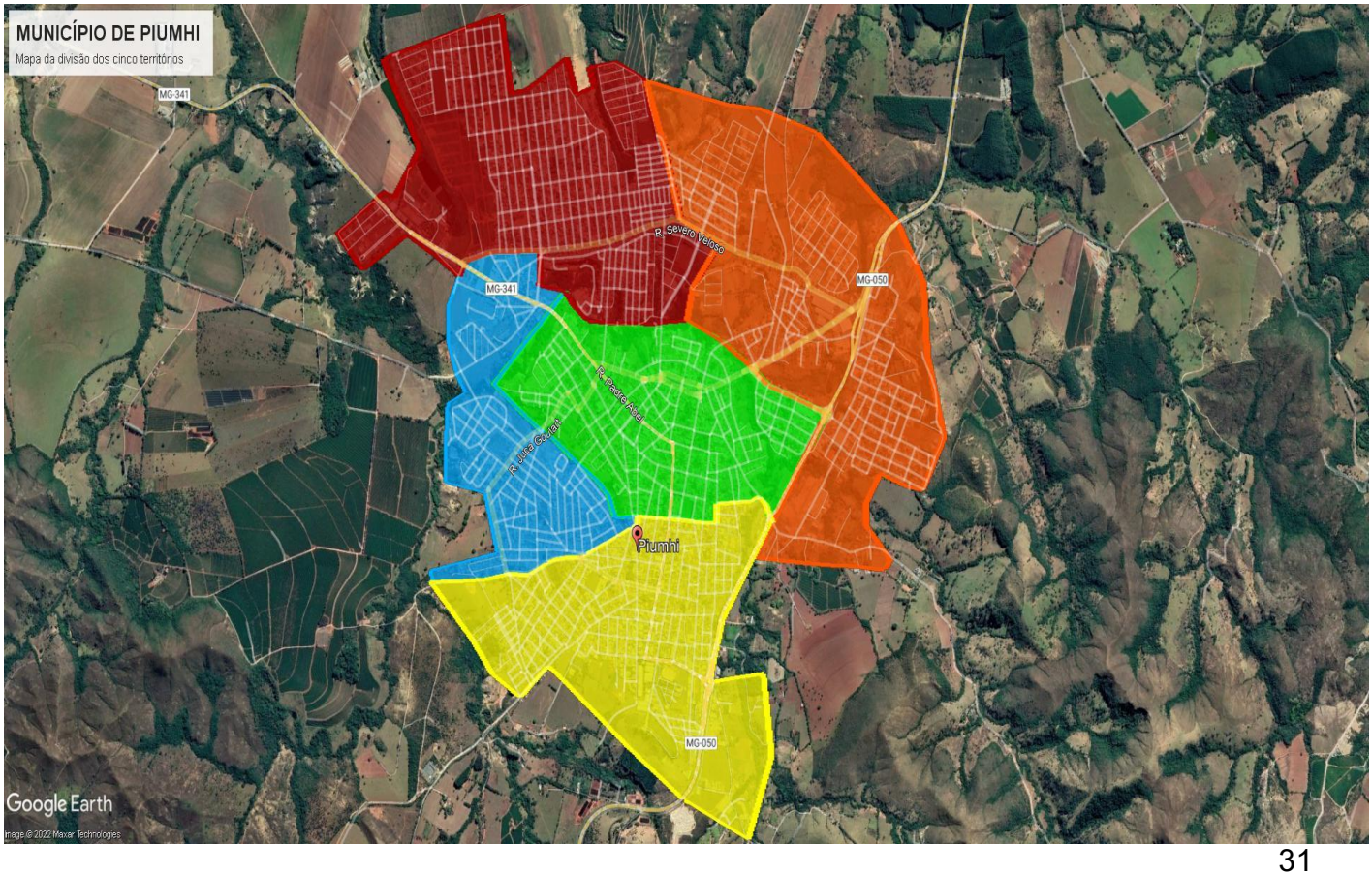
Esse território configura-se como **área prioritária para a atuação da política de Assistência Social**, demandando:

- intensificação da busca ativa;
- ampliação do acompanhamento familiar;
- priorização na oferta de serviços e benefícios.

O **Território 2** apresenta características específicas associadas à **concentração de população idosa em situação de vulnerabilidade**, indicando a necessidade de fortalecimento de ações voltadas ao envelhecimento, convivência e proteção social continuada.

Já o **Território 5** evidencia a presença simultânea de diferentes públicos vulneráveis, especialmente crianças e idosos, caracterizando um cenário de **vulnerabilidade intergeracional**, que exige intervenções integradas no âmbito familiar.

Os **Territórios 1 e 4**, embora apresentem menor concentração de vulnerabilidades em termos absolutos, demandam **monitoramento contínuo**, uma vez que há indícios de crescimento das demandas sociais e possíveis processos de agravamento da vulnerabilidade.



### 5.3 Distribuição das Famílias em Situação de Vulnerabilidade por Território

A análise da distribuição territorial evidencia forte concentração das vulnerabilidades em territórios específicos.

O **Território 3** destaca-se como o principal polo de vulnerabilidade do município, concentrando:

- **745 adultos em situação de baixa renda**;
- **173 crianças de 0 a 6 anos**, representando **35,8% das crianças urbanas**.

Esse território configura-se como **epicentro da vulnerabilidade social**, reunindo o maior volume absoluto de população vulnerável em diferentes ciclos de vida.

Na sequência, outros territórios também apresentam relevância:

- **Territórios 2 e 5**, com presença significativa de públicos vulneráveis, especialmente idosos e famílias com múltiplas demandas (vulnerabilidade intergeracional);
- **Territórios 1 e 4**, com menor concentração relativa, porém com necessidade de monitoramento contínuo.

No contexto geral do município, foram identificados:

- **2.358 adultos de baixa renda (18 a 59 anos)**;
- **528 crianças de 0 a 6 anos em situação de baixa renda**.
- A análise desses dados demonstra que a vulnerabilidade social em Piumhi apresenta **forte concentração territorial e caráter intergeracional**, atingindo simultaneamente diferentes faixas etárias.

### 5.4 Territórios com Menor Cobertura de Serviços Socioassistenciais

A distribuição da rede socioassistencial, associada à concentração territorial das vulnerabilidades, evidencia a existência de áreas com menor cobertura efetiva de serviços.

Considerando que o município conta com **apenas uma unidade de CRAS**, localizada em área central, observa-se que:

- territórios com maior concentração de vulnerabilidade, como o **Território 3**, não possuem descentralização dos serviços;
- áreas periféricas enfrentam dificuldades de acesso;
- a zona rural apresenta limitações ainda mais acentuadas.

A análise indica um **descompasso entre a localização dos serviços e a distribuição das vulnerabilidades**, o que impacta diretamente:

- o acesso das famílias;
- a continuidade do acompanhamento familiar;
- a realização de busca ativa;
- a capacidade preventiva da política de Assistência Social.

### 5.5 Vazios de Atendimento Socioassistencial

A territorialização também permite identificar a existência de vazios de atendimento socioassistencial no município, caracterizados pela presença de famílias em situação de vulnerabilidade sem cobertura adequada de serviços.

Esses vazios manifestam-se principalmente:

- em áreas periféricas com alta concentração populacional, como bairros do **Território 3 (ex.: Nova Esperança, com 400 adultos e 101 crianças)**;
- em territórios com expansão urbana recente;
- na zona rural, onde há **dispersão geográfica e dificuldade de acesso**.

Um dado crítico refere-se à **fragilidade cadastral**, especialmente na zona rural, onde:

- **44,4% das crianças não possuem localidade identificada**;
- há registros sem identificação territorial, dificultando a atuação da Vigilância.

Esses fatores contribuem para a **invisibilidade de parte da população vulnerável**, comprometendo o planejamento e a efetividade das ações.

Os vazios de atendimento resultam em:

- desproteção social;
- agravamento das vulnerabilidades;
- aumento da demanda reprimida;
- dificuldade de atuação preventiva.

## 6. PROTEÇÃO DE RENDA NO MUNICÍPIO DE PIUMHI

A proteção de renda no município de Piumhi constitui um eixo fundamental da política de Assistência Social, sendo operacionalizada por meio de programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais que visam garantir condições mínimas de sobrevivência às famílias em situação de vulnerabilidade.

A análise integrada do Programa Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e dos Benefícios Eventuais permite compreender o alcance, os limites

e os desafios da proteção social no município, evidenciando a importância desses instrumentos para a redução das desigualdades sociais e o enfrentamento das situações de pobreza.

Nesse contexto, os **Benefícios Eventuais** constituem provisões suplementares e provisórias da política de Assistência Social, destinadas ao enfrentamento de situações de vulnerabilidade temporária e risco social, conforme previsto na legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No município de Piumhi, esses benefícios configuram-se como importante instrumento de proteção social, atuando de forma imediata no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente diante de situações emergenciais, complementando as ações dos programas de transferência de renda e contribuindo para a garantia de direitos.

### 6.1 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família representa a principal estratégia de transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no município.

#### 6.1.1 Famílias Beneficiárias

No município de Piumhi, foram identificadas **1.927 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família**, evidenciando a abrangência do programa no atendimento à população em situação de vulnerabilidade social.

**BOLSA FAMÍLIA**

| FAMÍLIAS | PESSOAS | BENEFÍCIO MÉDIO MENSAL * | VALOR MENSAL REPASSADO * |
|---|---|---|---|
| MARÇO/2026 | MARÇO/2026 | MARÇO/2026 | MARÇO/2026 |
| 1.927 | 5.384 | R$ 682,86 | R$ 1.307.682 |

**TOTAL DE BENEFÍCIOS DO BOLSA FAMÍLIA****
MARÇO/2026
9.905

| BCO | BRC | BPI | BET | BFV |
|---|---|---|---|---|
| COMPLEMENTARES | RENDA DE CIDADANIA | PRIMEIRA INFÂNCIA | EXTRAORDINÁRIOS DE TRANSIÇÃO | VARIÁVEIS FAMILIARES*** |
| 1.770 | 5.377 | 1.085 | 0 | 1.673 |

**TOTAL DE BENEFÍCIOS VARIÁVEIS**

| BVG | BVN | BV | BVA |
|---|---|---|---|
| GESTANTES | NUTRIZ | CRIANÇAS | ADOLESCENTE |
| 82 | 49 | 1.291 | 251 |

A análise demonstra que o programa atende uma **parcela expressiva das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza**, configurando-se como instrumento fundamental para a garantia de renda mínima, redução das desigualdades sociais e enfrentamento da insegurança alimentar.

Entretanto, a elevada cobertura também indica a **forte dependência das famílias em relação à transferência de renda**, reforçando a necessidade de articulação com outras políticas públicas, especialmente nas áreas de trabalho, renda e educação, com vistas à promoção da autonomia e à superação das situações de vulnerabilidade.

### 6.1.2 Perfil das Famílias Beneficiárias

O perfil das famílias beneficiárias evidencia:

- predominância de famílias em situação de pobreza;
- presença significativa de crianças e adolescentes;
- maior incidência de mulheres como responsáveis familiares;
- baixa escolaridade e inserção precária no mercado de trabalho.

Esse cenário demonstra que o programa atende os públicos mais vulneráveis do município.

### 6.1.3 Territorialização

A distribuição territorial dos beneficiários do Programa Bolsa Família evidencia forte concentração em áreas já identificadas como prioritárias pela Vigilância Socioassistencial.

Destacam-se como principais áreas de demanda:

- **Território 3**, que concentra **mais de 30% da demanda total do município**, configurando-se como o principal polo de atendimento do Cadastro Único e de acesso a benefícios sociais;
- **Bairro Nova Esperança**, que se destaca como o de **maior demanda recorrente**, registrando, por exemplo, **88 atendimentos no mês de julho**, consolidando-se como área de maior vulnerabilidade;
- **Centro**, que ocupa posição constante como segundo maior demandante;
- **Bairros Vila Agreny e Aeroporto**, que também apresentam volume significativo de atendimentos ao longo do período.

Observa-se ainda que a zona rural, embora com menor volume absoluto, apresenta demandas relevantes, especialmente considerando os desafios de acesso e possíveis situações de subnotificação.

A análise demonstra que há uma **correspondência direta entre os territórios com maior incidência de vulnerabilidade social e a concentração de beneficiários de programas de transferência de renda**, reforçando a importância da territorialização

como instrumento estratégico para o planejamento e a priorização das ações socioassistenciais.

### 6.2 Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) garante um salário mínimo mensal à pessoa idosa (65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção.

No município de Piumhi, foram identificados:

- **536 beneficiários do BPC Idoso**;
- **612 beneficiários do BPC Pessoa com Deficiência**.

A análise indica que o BPC desempenha papel fundamental na proteção de renda de públicos com maior grau de vulnerabilidade e dependência.

Destaca-se que esse benefício contribui significativamente para:

- a manutenção da renda familiar;
- a redução da pobreza extrema;
- a proteção de públicos com maior fragilidade social.

### 6.3 Benefícios Eventuais

Os Benefícios Eventuais constituem provisões suplementares destinadas ao atendimento de situações emergenciais e temporárias, desempenhando papel fundamental na garantia de proteção social imediata às famílias em situação de vulnerabilidade.

No período analisado, conforme dados dos RMA's do CRAS e CREAS, foram concedidos:

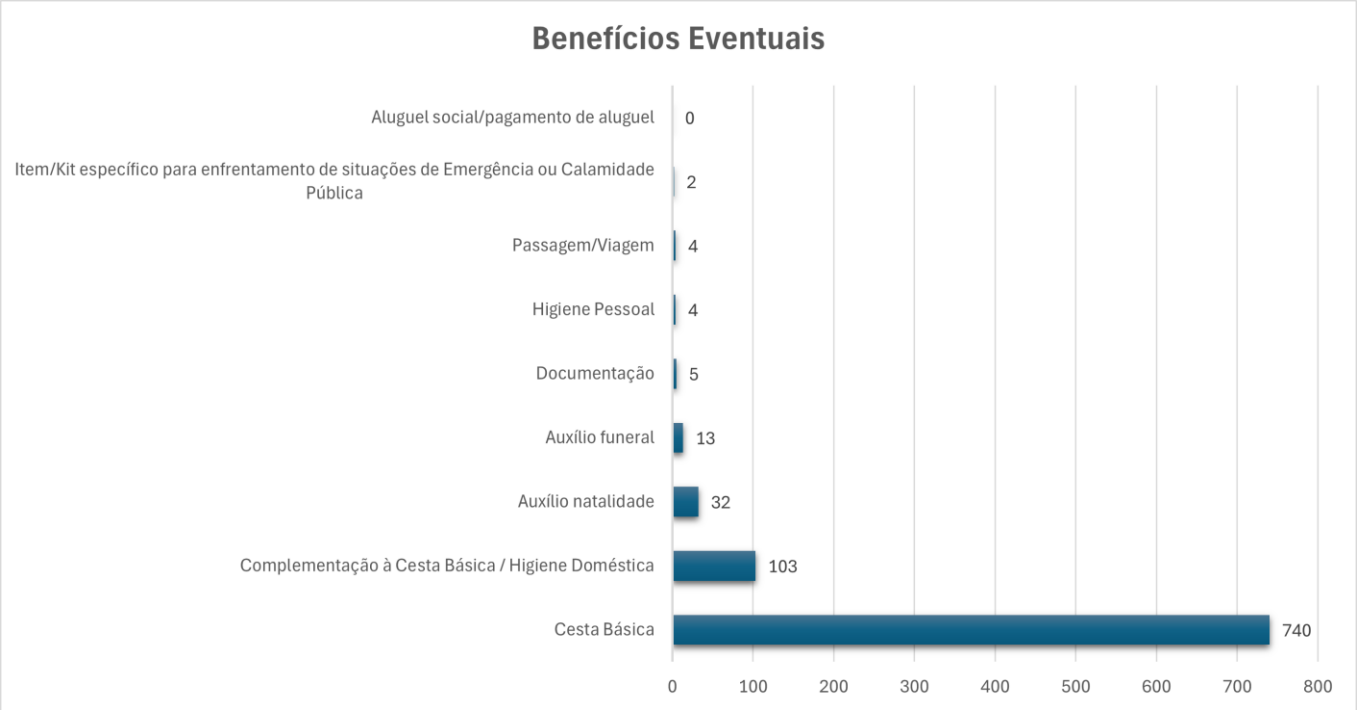
- **Cestas básicas:** 740
- **Auxílio natalidade:** 32
- **Auxílio funeral:** 13
- **Concessão de passagens:** 4
- **Kit limpeza:** 103
- **Kit higiene pessoal:** 4

A análise evidencia que a **concessão de cestas básicas** se configura como o benefício mais demandado no município, indicando que a **insegurança alimentar**

**representa uma das principais expressões da vulnerabilidade social** entre as famílias atendidas.

Destaca-se, ainda, que o elevado volume de concessões desse benefício sinaliza a presença de **dificuldades recorrentes no acesso à alimentação adequada**, associadas, sobretudo, à insuficiência de renda, ao desemprego e à informalidade no trabalho.

Ressalta-se, por outro lado, que o número reduzido de registros de alguns benefícios, como a concessão de passagens e kits, pode não refletir integralmente a demanda real, indicando possível **subnotificação nos sistemas de registro**, o que impacta a produção de dados fidedignos e a atuação da Vigilância Socioassistencial.




### 6.4 Análise Integrada da Proteção de Renda

A análise conjunta dos instrumentos de proteção de renda evidencia que o município de Piumhi possui uma estrutura de proteção social que atua em diferentes níveis:

- **Bolsa Família:** garantia de renda básica para famílias em situação de pobreza;
- **BPC:** proteção de públicos com maior grau de vulnerabilidade (idosos e pessoas com deficiência);
- **Benefícios Eventuais:** resposta imediata a situações emergenciais.

Entretanto, os dados demonstram que **há forte dependência das famílias em relação às políticas de transferência de renda**, indicando a presença de vulnerabilidades estruturais persistentes.

Observa-se que:

- a renda das famílias está fortemente vinculada a benefícios sociais;
- há baixa inserção no mercado de trabalho formal;
- a demanda por benefícios eventuais permanece elevada.

Esse cenário caracteriza um padrão de **proteção social sustentada por transferência de renda**, com limitações na promoção da autonomia das famílias.

### 6.5 Principais Desafios da Proteção de Renda

A partir da análise, destacam-se como principais desafios:

- elevada dependência de benefícios sociais;
- baixa inclusão produtiva das famílias;
- necessidade de articulação com políticas de trabalho e renda;
- utilização recorrente de benefícios eventuais para suprir demandas estruturais;
- necessidade de qualificação do acompanhamento familiar.

A proteção de renda no município de Piumhi desempenha papel essencial na garantia de condições mínimas de sobrevivência às famílias em situação de vulnerabilidade.

Entretanto, a análise evidencia que, embora os programas e benefícios sejam fundamentais, eles não são suficientes, isoladamente, para a superação das vulnerabilidades sociais.

Dessa forma, torna-se fundamental:

- fortalecer o acompanhamento familiar;
- ampliar ações de inclusão produtiva;
- promover articulação intersetorial;
- utilizar os dados da Vigilância Socioassistencial para qualificar o planejamento.

## 7. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica no município de Piumhi é ofertada por meio de serviços, programas, projetos e benefícios que têm por objetivo prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, da promoção do acesso a direitos e da melhoria das condições de vida da população.

Essas ações são executadas principalmente pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública estatal responsável pela organização da proteção social básica no território.

### 7.1 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada, responsável pela organização e oferta dos serviços da proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sua implantação ocorre, prioritariamente, em áreas de maior vulnerabilidade e risco social, sendo a principal porta de entrada da população à rede de proteção socioassistencial.

Enquanto unidade da rede socioassistencial, o CRAS se diferencia por desempenhar duas funções exclusivas: a oferta pública do trabalho social com famílias por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e a gestão territorial da proteção social básica. Esta gestão territorial exige o conhecimento aprofundado do território, a articulação com as demais unidades da rede referenciada e o gerenciamento do acolhimento, encaminhamento, inserção e acompanhamento dos usuários na rede de serviços.

O PAIF constitui-se como o principal serviço ofertado pelo CRAS, promovendo o fortalecimento da função protetiva das famílias, por meio de ações preventivas, proativas e de apoio aos diferentes arranjos familiares, com foco na matricialidade sociofamiliar e na prevenção de situações de risco social. Além do PAIF, o CRAS também desenvolve atividades de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens, inclusão produtiva, enfrentamento da pobreza e ações de formação e qualificação para o trabalho.

Destaca-se que o CRAS realiza **atendimento médio anual de 6.767 famílias**, número significativamente superior ao parâmetro nacional de até 3.500 famílias por unidade, evidenciando sobrecarga do equipamento.

### 7.2 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O PAIF constitui o principal serviço da Proteção Social Básica, com caráter continuado e foco no fortalecimento da função protetiva das famílias.

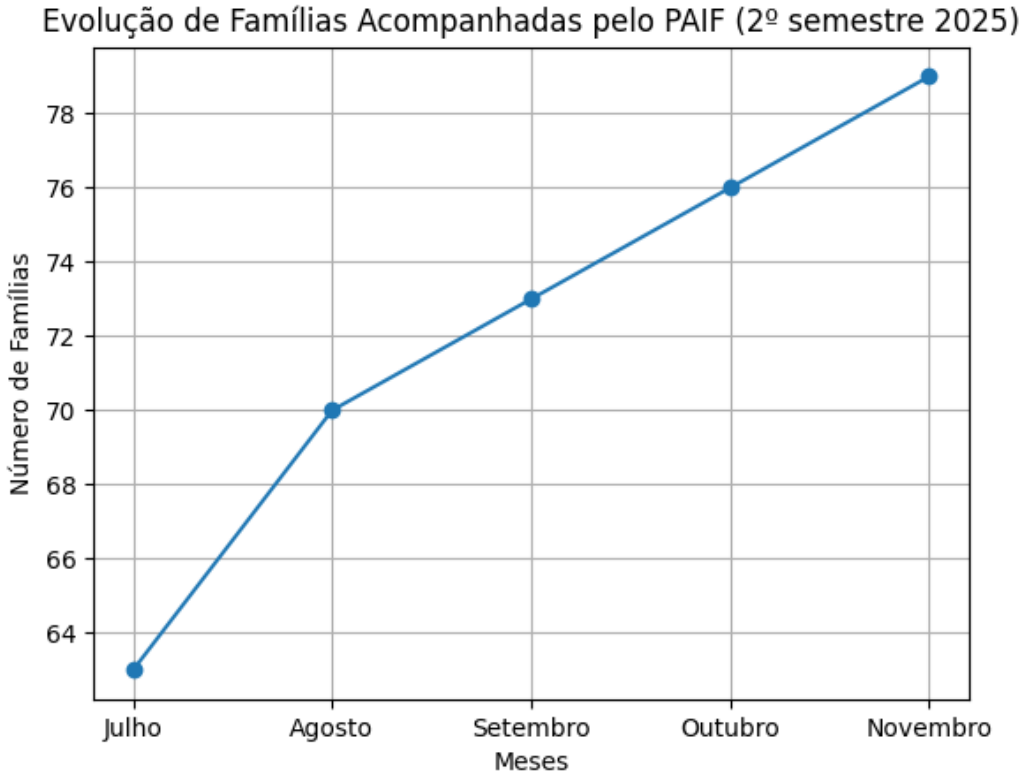
**Análise de Evolução (2º semestre de 2025)**

- Crescimento de famílias acompanhadas:
  - Julho: 63 famílias
  - Novembro: 79 famílias
  - **Aumento de 25,4% na cobertura**
- Inserção de novos casos:
  - Destaque para setembro, com **18 novas famílias**, indicando intensificação da busca ativa.
- Total no período:
  - **Média mensal:** 73 famílias acompanhadas
  - **Total de atendimentos:** 2.690
  - **Média mensal de atendimentos:** 538

Esses dados indicam **expansão da cobertura do serviço**, associada à alta demanda espontânea e encaminhamentos da rede.

**Principais Ações Desenvolvidas**

- atendimento psicossocial;
- acompanhamento familiar sistemático;
- visitas domiciliares;
- oficinas e grupos;
- ações preventivas;
- encaminhamentos intersetoriais;
- orientação para acesso a benefícios.




### 7.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O SCFV é complementar ao PAIF, com foco na prevenção de riscos sociais e fortalecimento das relações familiares e comunitárias.

**Cobertura do Serviço**

- Crianças (0 a 6 anos): **12**
- Crianças e adolescentes (7 a 14 anos): **282**
- Adolescentes (15 a 17 anos): **24**
- Adultos: **37**
- Idosos: **94**
- Pessoas com deficiência: **28**

- Participantes em atividades não continuadas: **73**

O serviço apresenta **ampla cobertura**, com destaque para o atendimento de crianças, adolescentes e idosos.

Um diferencial do município é a **oferta de transporte gratuito para idosos**, ampliando o acesso e a permanência — prática ainda não consolidada em municípios de porte semelhante.

### 7.4 Benefícios Socioassistenciais

No âmbito da proteção básica, destacam-se:

- Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Benefícios eventuais (natalidade, funeral e vulnerabilidade temporária);
- Programa Bolsa Família.

**Indicadores do Período (2º semestre de 2025)**

- Total de benefícios concedidos: **481**
- Média mensal: **96 benefícios**

Esse volume evidencia o papel do CRAS como principal resposta às situações emergenciais de vulnerabilidade.

### 7.5 Visitas Domiciliares e Busca Ativa

- Total de visitas no período: **247**
- Pico em setembro: **73 visitas**

Os dados demonstram atuação territorial ativa, sendo a busca ativa um dos principais fatores para ampliação da cobertura do PAIF.

### 7.6 Análise Técnica da Proteção Social Básica

A análise dos dados evidencia que o CRAS de Piumhi opera sob **alta pressão de demanda**, caracterizada por:

- elevado número de atendimentos individualizados;
- crescimento da cobertura do PAIF;
- forte atuação territorial;
- volume expressivo de benefícios eventuais;

- diversidade de públicos atendidos.

Destaca-se que:

- o crescimento de 25,4% no PAIF indica ampliação do acesso;
- o volume de benefícios sugere presença de **vulnerabilidades estruturais**, especialmente relacionadas à renda e segurança alimentar;
- a oscilação nos atendimentos mensais (queda de 32,3% em novembro) pode indicar sazonalidade ou reorganização da demanda.

### 7.7 Principais Fragilidades

- sobrecarga do CRAS;
- cobertura territorial limitada;
- alta demanda por atendimentos individualizados;
- dependência de benefícios eventuais;
- possível limitação na capacidade de acompanhamento continuado.

### 7.8 Potencialidades

- equipe técnica atuante;
- forte atuação territorial (busca ativa);
- ampliação da cobertura do PAIF;
- SCFV estruturado e com alta capilaridade;
- integração com benefícios e Cadastro Único.

### 7.9 Considerações Analíticas

A Proteção Social Básica em Piumhi consolida-se como eixo estruturante da política de assistência social, apresentando **expansão da cobertura e forte atuação territorial**.

O aumento das famílias acompanhadas, associado ao volume de atendimentos e benefícios, evidencia tanto a capacidade de resposta do CRAS quanto a persistência de vulnerabilidades sociais no território.

Dessa forma, torna-se fundamental:

- ampliar a capacidade operacional do CRAS;

- expandir a cobertura territorial;
- reduzir a sobrecarga da equipe;
- qualificar o acompanhamento familiar;
- fortalecer ações preventivas;
- utilizar dados da Vigilância Socioassistencial como base para planejamento.

## 8. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A Proteção Social Especial no município de Piumhi destina-se ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social decorrentes de violação de direitos, tais como violência, negligência, abandono, exploração e rompimento de vínculos familiares e comunitários.

Organizada em níveis de complexidade, tem como objetivo ofertar acompanhamento especializado, promovendo a reconstrução de vínculos, o acesso a direitos e a superação das situações de violação.

### 8.1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS "Oscarina Brito Mota" foi implantado no município de Piumhi em 2011 e atende a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. No equipamento é ofertado o PAEFI - Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos através de acompanhamento, apoio e orientação aos usuários.

Além do PAEFI, o CREAS oferta o serviço de Medidas Socioeducativas, que tem por finalidade prover atenção e acompahamento socioassistencial a adolescentes e jovens em cumprimeito de medidas socioeducativas em meio aberto por determinação Judicial, através de acompanhamentos, grupos e oficinas que visam o acesso dos usuários a direitos sociais e a resignificação dos valores de vida. O CREAS atende também, a população em situação de rua local e a população em situação de rua em trânsito, através da Abordagem Social e oferta de passagem para pessoas que passam pelo município sem condições financeiras e desejam retornar a cidade de origem, ofertando também a Casa de Passagem, em parceria com a OSC "Casa de Maria" que oferta o acolhimento masculino.

De acordo com o Relatório Mensal de Atendimento (RMA) de dezembro de 2025, o CREAS realizou **338 atendimentos**, sendo:

- 254 atendimentos na zona urbana (75,1%)
- 84 atendimentos na zona rural (24,9%)

Os dados evidenciam a concentração da demanda na área urbana, mas também revelam presença significativa na zona rural, indicando a necessidade de estratégias territorializadas de atendimento.

## 8.2 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

O PAEFI é o principal serviço ofertado pelo CREAS, voltado ao acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos.

Importante destacar que o **total de famílias acompanhadas é um dado flutuante mensal, não sendo passível de somatório**, uma vez que representa o estoque de casos ativos no período.

No segundo semestre de 2025, observa-se uma **tendência de crescimento da demanda**, com evolução de:

- 131 famílias acompanhadas em julho
- 151 famílias em dezembro

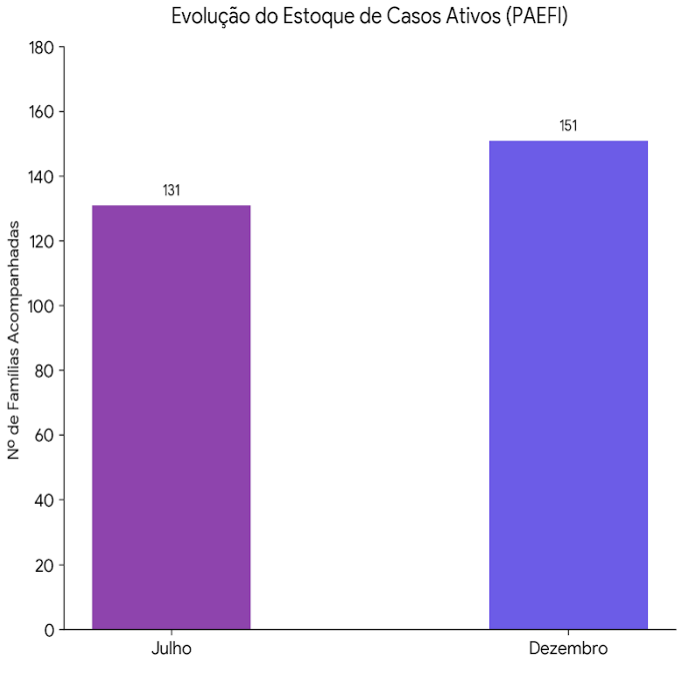
O que representa um **aumento de 15,2% na carga de atendimento** do serviço.

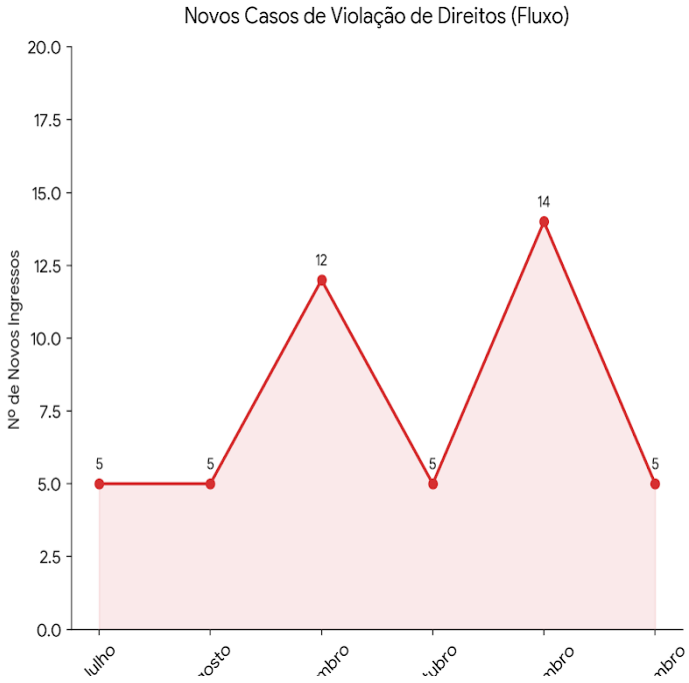
Durante o período:

- foram registrados **46 novos casos** de violações de direitos;
- com destaque para os meses de **novembro (14 casos)** e **setembro (12 casos)**, que apresentaram picos de ingresso.

Além disso, identifica-se que **22 famílias ingressaram no serviço sendo beneficiárias do Programa Bolsa Família**, evidenciando a relação entre vulnerabilidade socioeconômica e exposição a situações de violação de direitos.

O serviço atua de forma continuada, com foco na superação das situações de violência, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, garantia de acesso a direitos e redução dos agravos decorrentes das violações.



### 8.3 Perfil das Situações de Violação de Direitos

A análise dos casos acompanhados evidencia a presença de situações como:

- violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes;
- negligência e abandono;
- uso abusivo de substâncias psicoativas.

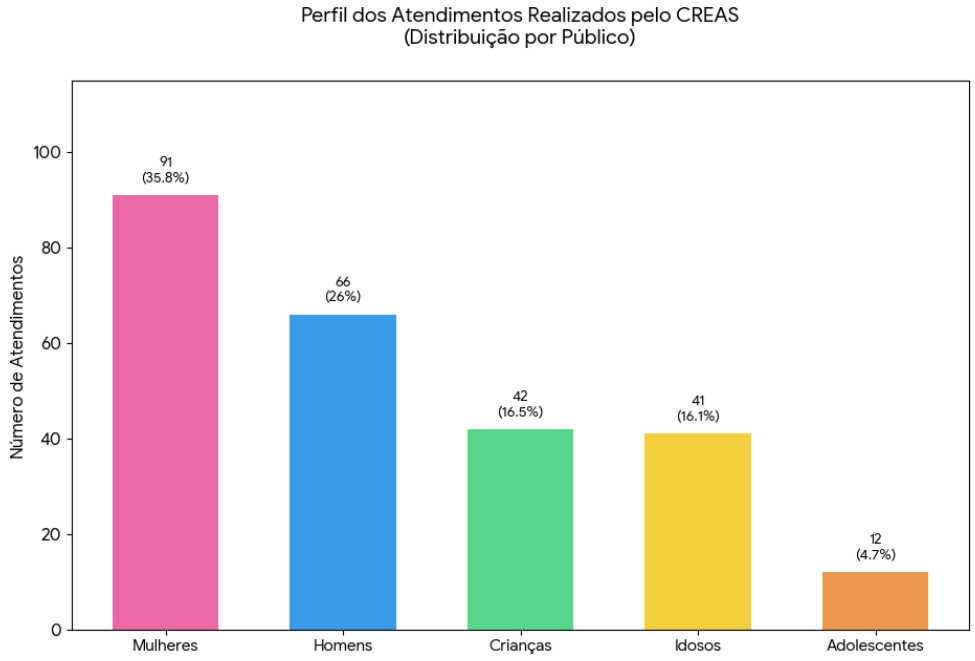
Ainda que, em determinados períodos mensais, os registros quantitativos sejam reduzidos, trata-se de situações de alta complexidade, que demandam acompanhamento técnico continuado e articulação intersetorial.

### 8.4 Perfil dos Usuários Atendidos

Os atendimentos realizados pelo CREAS apresentam diversidade de públicos:

- Mulheres: 91 atendimentos (35,8%)
- Homens: 66 atendimentos (26%)
- Crianças: 42 atendimentos (16,5%)
- Idosos: 41 atendimentos (16,1%)
- Adolescentes: 12 atendimentos (4,7%)

Observa-se predominância de mulheres entre os atendidos, indicando a feminilização das vulnerabilidades e a centralidade das mulheres nas demandas da Proteção Social Especial.



### 8.5 Fluxos, Encaminhamentos e Dinâmica da Rede

A análise dos fluxos evidencia articulação com a rede, especialmente em:

- acesso a benefícios previdenciários;
- atualização cadastral;
- demandas do Conselho Tutelar e sistema de justiça;
- encaminhamentos intersetoriais.

Entretanto, observa-se:

- encaminhamentos indevidos ao CREAS;
- demandas que não configuram violação de direitos;
- situações típicas da Proteção Social Básica sendo direcionadas à Proteção Especial.

Esse cenário gera:

- sobrecarga do CREAS;
- comprometimento do atendimento especializado;
- distorção dos indicadores;
- fragilização da organização da rede.

### 8.6 Serviço de Abordagem Social e Situações de Rua

No segundo semestre de 2025, o Serviço de Abordagem Social realizou:

- **544 intervenções** em espaços públicos;
- alcançando **215 indivíduos** em situação de rua ou vulnerabilidade extrema.

Observa-se uma **redução gradual no número de abordagens mensais**, passando de 104 em julho para 80 em dezembro. Contudo, o número de pessoas distintas abordadas manteve-se relativamente estável, com média de **35 indivíduos por mês**.

Destacam-se ainda:

- presença constante de migrantes (média de 7 por mês);
- recorrência de usuários de substâncias psicoativas em todos os meses do período.

Esses dados indicam a permanência e complexidade das situações de rua no município, exigindo estratégias contínuas e articuladas.

### 8.7 Análise Técnica da Proteção Social Especial

A análise integrada dos dados evidencia:

- crescimento da demanda do PAEFI (+15,2%);
- volume expressivo de atendimentos mensais;
- diversidade e complexidade das situações atendidas;
- presença significativa de demandas na zona rural;
- relação entre vulnerabilidade econômica e violações de direitos.

Esse cenário demonstra um processo de **adensamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade**, com ampliação da carga de trabalho da equipe técnica.

### 8.8 Principais Fragilidades

- sobrecarga do CREAS frente ao aumento da demanda;
- encaminhamentos indevidos da rede;
- fragilidade na definição de fluxos entre proteção básica e especial;
- necessidade de qualificação dos registros;
- desafios no atendimento da zona rural;
- manutenção da demanda associada à população em situação de rua.

### 8.9 Potencialidades

- equipe técnica atuante e qualificada;
- capacidade de acompanhamento continuado;
- articulação com o Sistema de Garantia de Direitos;
- utilização de dados para análise e planejamento;
- existência de serviço de abordagem social estruturado.

### 8.10 Considerações Analíticas

O diagnóstico evidencia uma tendência de **crescimento e complexificação da demanda da Proteção Social Especial** no município de Piumhi, especialmente no âmbito do PAEFI e da abordagem social.

A ampliação do número de casos acompanhados, associada à presença constante de situações de violação e vulnerabilidade extrema, reforça a centralidade do CREAS na garantia de direitos.

Entretanto, a efetividade da política está diretamente relacionada à organização da rede socioassistencial como um todo.

Dessa forma, torna-se fundamental:

- qualificar os fluxos de encaminhamento;
- fortalecer a articulação entre CRAS e CREAS;
- ampliar estratégias de atendimento territorial, especialmente na zona rural;
- investir na prevenção das vulnerabilidades;
- estruturar respostas mais integradas para a população em situação de rua;
- utilizar os dados da Vigilância Socioassistencial como instrumento estratégico de gestão.

## 9. REDE SOCIOASSISTENCIAL E SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) constitui um conjunto articulado de instâncias, órgãos e mecanismos responsáveis pela promoção, defesa e controle do cumprimento dos direitos socioassistenciais, em conformidade com os princípios constitucionais e normativas vigentes.

No contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o SGD atua de forma integrada para assegurar a proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, prevenindo violações de direitos e promovendo o acesso às políticas públicas.

A estrutura do SGD no âmbito municipal compreende:

**I – Órgão Gestor da Assistência Social**

Representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela coordenação, planejamento, execução e monitoramento da política socioassistencial no território.

**II – Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas**

Instâncias deliberativas e permanentes de controle social, com destaque para:

- Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

**III – Rede Socioassistencial**

Composta por unidades públicas e serviços que ofertam proteção social, tais como:

- CRAS (Proteção Social Básica);
- CREAS (Proteção Social Especial);
- serviços de convivência e fortalecimento de vínculos;
- benefícios socioassistenciais.

**IV – Sistema de Justiça e Defesa de Direitos**

Inclui:

- Ministério Público;
- Poder Judiciário;
- Defensoria Pública;
- Conselho Tutelar.

Esses atores desempenham papel essencial na garantia e defesa de direitos, especialmente em situações de violação.

**V – Organizações da Sociedade Civil (OSC)**

Atuam de forma complementar à rede pública, por meio de parcerias e cofinanciamento, ampliando a cobertura e a capacidade de atendimento.

**VI – Mecanismos de Participação Social**

Com destaque para as conferências de assistência social, que possibilitam o debate, avaliação e formulação das diretrizes da política pública, garantindo a participação da sociedade civil.

A articulação entre esses atores fortalece a intersetorialidade e amplia a efetividade das ações, garantindo a universalidade do acesso e a equidade no atendimento, conforme previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

### 9.1 Articulação da Rede Socioassistencial no Município

No município de Piumhi, a rede socioassistencial apresenta estrutura organizada, com presença dos principais equipamentos do SUAS e articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.

Observa-se integração entre:

- CRAS e CREAS;
- Conselho Tutelar;
- sistema de justiça;

- políticas de saúde e educação.

Entretanto, conforme evidenciado nos tópicos anteriores, ainda existem desafios relacionados a:

- definição de fluxos de encaminhamento;
- sobreposição de demandas entre proteção básica e especial;
- necessidade de maior formalização dos protocolos intersetoriais.

### 9.2 Principais Avanços

- implantação da escuta especializada no município;
- articulação entre assistência social e sistema de justiça;
- mobilização institucional em torno da proteção de crianças e adolescentes;
- fortalecimento da atuação técnica do CREAS.

### 9.3 Desafios Identificados

- necessidade de formalização de fluxos intersetoriais;
- ampliação da capacitação continuada dos profissionais;
- fortalecimento da integração entre políticas públicas;
- consolidação de protocolos de atendimento;
- ampliação da cobertura e padronização das práticas.

### 9.4 Considerações Analíticas

A rede socioassistencial de Piumhi demonstra avanços importantes na estruturação do Sistema de Garantia de Direitos, especialmente com a implantação da escuta especializada como estratégia de qualificação do atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência.

Entretanto, a análise evidencia que a efetividade da rede depende do fortalecimento da articulação intersetorial e da consolidação de fluxos de atendimento.

Dessa forma, torna-se fundamental:

- formalizar protocolos intersetoriais;
- fortalecer a integração entre CRAS, CREAS e demais políticas públicas;
- investir na capacitação contínua das equipes;
- utilizar os dados da Vigilância Socioassistencial para subsidiar decisões;

- consolidar a escuta especializada como prática institucional permanente.

## 10. ANÁLISE DE RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIAIS

A análise de riscos e vulnerabilidades sociais em Piumhi permite identificar não apenas onde a pobreza está concentrada, mas como ela se manifesta e fragiliza os vínculos familiares e comunitários. O diagnóstico revela que a vulnerabilidade no município possui territórios definidos e um perfil geracional e de gênero muito nítido.

### 10.1 Vulnerabilidade Decorrente da Pobreza

A pobreza em Piumhi é caracterizada por ser predominantemente **estrutural e profunda**. O indicador central dessa afirmação é a **taxa de conversão de 87,4%** entre o público de baixa renda e o de pobreza extrema no grupo de adultos (18 a 59 anos). Isso significa que a grande maioria das famílias vulneráveis não está apenas "próxima" da linha da pobreza, mas sobrevive bem abaixo dela, o que exige intervenções mais intensivas do que apenas a transferência de renda isolada.

**a) O Rosto Infantil e Jovem da Pobreza**

A vulnerabilidade decorrente da insuficiência de renda impacta de forma desproporcional as novas gerações. O diagnóstico identificou:

- **Primeira Infância (0 a 6 anos):** 528 crianças vivem em famílias de baixa renda. A razão de 22,4% indica que, para cada 100 adultos vulneráveis, existem 22 crianças nesta faixa etária dependentes de cuidados e proteção.
- **Jovens (7 a 17 anos):** Este é o grupo de maior peso na estrutura da pobreza municipal, com **1.038 jovens** mapeados. A taxa de dependência jovem é de 44%, a maior entre todos os ciclos de vida, revelando famílias numerosas e com alta carga de cuidado para os adultos provedores.
- No total, o município possui **1.566 menores de 18 anos** em situação de vulnerabilidade econômica, o que representa 66,4% do total de adultos vulneráveis mapeados.

**b) Feminização da Pobreza**

A pobreza em Piumhi tem um nítido recorte de gênero. Das pessoas adultas em situação de pobreza extrema, **71,5% são mulheres**. Esta vulnerabilidade é agravada nos territórios onde a presença masculina é mínima, sugerindo uma alta incidência de **chefia familiar monoparental feminina**, onde a mulher acumula sozinha as responsabilidades de provimento e cuidado.

**c) Concentração Territorial e "Bolsões de Vulnerabilidade"**

A vulnerabilidade por pobreza não se distribui de forma equânime, concentrando-se em áreas específicas que demandam atenção prioritária da Vigilância Socioassistencial:

- **Nova Esperança (Território 3):** É o epicentro da vulnerabilidade no município. Concentra **400 adultos** de baixa renda (16,9% do total municipal) e **101 crianças** de 0 a 6 anos. Sozinho, o bairro responde por 18,1% de todos os atendimentos urbanos do CRAS, refletindo uma demanda constante por serviços de proteção social básica.

- **Bairros de Alta Intensidade:** Além do Nova Esperança, destacam-se o **Centro** (272 adultos; 58 crianças) e o **Bela Vista** (172 adultos; 38 crianças) como áreas de alta pressão para os serviços socioassistenciais.

**d) A Vulnerabilidade Rural e a "Invisibilidade"**

Na zona rural, a pobreza é agravada por barreiras de acesso e fragilidades no registro. Foram identificados 167 adultos e 45 crianças em situação de baixa renda. O dado mais crítico é o **sub-registro de localidade**, que atinge **44,4% das crianças rurais**. Sem a identificação do local de moradia, essas crianças tornam-se "invisíveis" para o planejamento de visitas domiciliares, busca ativa e acesso a creches ou saúde, configurando um risco social elevado.

**e) Idosos e a Ausência de Renda Própria**

Existem **103 idosos** em situação de pobreza extrema que provavelmente não acessam benefícios previdenciários ou o BPC. Esta parcela da população representa a face mais grave da desproteção, pois são indivíduos fora do mercado de trabalho e sem renda garantida, dependendo integralmente de redes de apoio familiar frequentemente também fragilizadas pela pobreza.

## 10.2 Violência contra Crianças e Adolescentes

A análise da violência contra crianças e adolescentes em Piumhi revela um cenário de riscos que se agrava em períodos específicos e territórios de alta vulnerabilidade económica. O diagnóstico aponta que a desproteção infanto-juvenil no município se manifesta através de múltiplas tipologias, com destaque para a negligência e a violência intrafamiliar.

**a) Perfil Epidemiológico da Violência**

Os dados consolidados do último quadrimestre de 2025 indicam que o público mais atingido pelas violações de direitos é composto por:

- **Crianças em idade escolar (6 a 11 anos):** Representam a maioria dos atendimentos (73,5% em setembro e 80,3% em novembro), sugerindo que o ambiente escolar é o principal local de identificação e denúncia de maus-tratos.
- **Adolescentes (12 a 18 anos):** Apresentaram um aumento crítico na participação dos casos no final do ano, subindo de **27% em setembro para 36% em dezembro**.
- **Equilíbrio de Gênero com Alertas Específicos:** Embora a distribuição entre sexos seja equilibrada na média, em dezembro houve uma predominância feminina (59%), coincidindo com o surgimento preocupante de casos de **violência sexual** (2 casos registados).

**b) Tipologias de Violação e "Picos" de Risco**

O diagnóstico identificou uma oscilação alarmante na gravidade das violências ao longo do período analisado:

- **Negligência e Abandono:** São as formas mais recorrentes de violação. O **abandono de incapaz** registou picos críticos, como os 12 novos casos identificados em outubro e a manutenção de 8 casos em dezembro.

- **Violência Intrafamiliar e Psicológica:** Em outubro, observou-se uma "explosão" nestas categorias, com um aumento de **1.300% na violência intrafamiliar** (passando de 1 para 14 casos) e de **1.200% na violência psicológica**. Estes dados sugerem um agravamento súbito das tensões domésticas ou uma melhoria na capacidade de notificação da rede.
- **Exploração e Trabalho Infantil:** A alta razão de dependência (44 jovens para cada 100 adultos vulneráveis) em bairros como **Américo Arantes (82,7%)** e **São Judas Tadeu (81,8%)** cria condições objetivas para o risco de trabalho infantil como estratégia de sobrevivência familiar.

**c) Geografias da Desproteção**

A violência não se distribui de forma uniforme, concentrando-se nos territórios com maiores índices de pobreza:

- **Território 3 (Nova Esperança e envolvente):** Mantém a liderança consistente em número de atendimentos por violações de direitos durante todo o período.
- **Território 4:** Apresentou o crescimento mais expressivo de demandas, com um aumento de **133% nos atendimentos** no fecho do quadrimestre.
- **Territórios 2 e 5:** Bairros como **Nova Piumhi** e **São Judas Tadeu** destacam-se com 13 atendimentos cada, sendo considerados pontos focais para o fortalecimento da rede de proteção local.

**d) A Invisibilidade Rural**

A situação na zona rural é classificada como **crítica por subnotificação**. Foram registados apenas 7 atendimentos em 4 meses (menos de 2% do total municipal), e **100% destes registos não possuem identificação de localidade**. A ausência de encaminhamentos formais em 75% dos meses indica que as violações no campo podem estar a ser resolvidas de forma informal ou permanecem ocultas devido a barreiras geográficas e culturais.

**e) Encaminhamentos e Medidas de Proteção**

As intervenções da rede de proteção resultaram em:

- **Acolhimento Institucional e Familiar:** Casos graves exigiram o afastamento do convívio familiar nuclear, com encaminhamento para família extensa sob termo de responsabilidade.
- **Articulação com a Rede:** Encaminhamentos frequentes para o CAPS II e CAPS AD, evidenciando a correlação entre a violência infanto-juvenil e questões de saúde mental ou uso de substâncias no núcleo familiar.

## 10.3 Violência contra Mulheres

A violência contra a mulher em Piumhi deve ser compreendida através da interseccionalidade entre o género e a vulnerabilidade económica. O diagnóstico revela que a desproteção feminina no município não é um fenómeno isolado, mas estrutural, manifestando-se tanto na precariedade financeira quanto na exposição direta a violações de direitos no âmbito doméstico e comunitário.

**a) A Feminização da Pobreza como Vetor de Risco**

O diagnóstico aponta que a pobreza em Piumhi tem um rosto feminino muito nítido:

- **Predomínio na Pobreza Extrema:** Das pessoas adultas (18 a 59 anos) em situação de pobreza extrema no município, **71,5% são mulheres**. Na zona urbana, para cada homem em situação de pobreza, existem **2,5 mulheres** na mesma condição.
- **Chefia Monoparental:** A análise territorial indica uma alta concentração de **famílias monoparentais femininas** (mães solos) em bairros como Nova Esperança (T3) e territórios do T5. Estas mulheres acumulam sozinhas a carga de cuidado e provimento, o que as torna mais suscetíveis à dependência emocional e financeira de agressores.
- **Feminização Extrema:** Em bairros como **Alvorada (88,9%)**, **Olinda (85,7%)** e **Dona Vicentina (80,0%)**, a pobreza é quase exclusivamente feminina, criando "bolsões" onde a vulnerabilidade ao abuso e à negligência estatal é máxima.

**b) Indicadores de Violência e Atendimento**

Os dados dos serviços socioassistenciais e de proteção indicam que as mulheres são as principais utentes da rede, muitas vezes motivadas por situações latentes de violência:

- **Perfil dos Atendimentos:** Na zona urbana, o público feminino representa consistentemente a maioria dos atendimentos (entre 34% e 35% do volume total de interações da rede), refletindo a maior exposição das mulheres a riscos sociais e a sua busca ativa por proteção.
- **Tipologias de Violência Identificadas:** Durante o último quadrimestre de 2025, foram registados casos graves de **violência de género**, **violência física**, **psicológica** e **abuso sexual**.
- **Picos de Notificação:** Em outubro de 2025, houve um aumento alarmante de **1.300% nos casos de violência intrafamiliar** e de **1.200% na violência psicológica**, evidenciando momentos de rutura grave no ambiente doméstico que exigem intervenção imediata do CREAS.

**c) Vulnerabilidade Territorial e Geração de Renda**

A análise identifica que o risco de violência é potenciado pela falta de autonomia financeira:

- **Territórios Críticos:** O bairro **Novo Tempo** destaca-se com o maior índice de feminização entre os grandes bairros (67,9%), com 108 mulheres vulneráveis, sendo considerado território de prioridade máxima para ações de prevenção à violência doméstica e grupos de empoderamento.
- **Barreiras na Zona Rural:** As mulheres rurais vivenciam uma "invisibilidade geográfica". Cerca de **49,4% das mulheres rurais em situação de pobreza** não possuem localidade identificada no cadastro, o que impede a realização de buscas ativas e dificulta a denúncia de abusos que ocorrem em áreas isoladas.

**d) Interseção com outros Ciclos de Vida**

O diagnóstico estabelece uma correlação direta entre a violência contra a mulher e o risco para os filhos. Nos bairros com maior taxa de "mães solo" e pobreza feminina, como **Olinda** e **Alvorada**, as taxas de dependência infantil são as mais altas do município (acima de 55%), indicando que a desproteção da mulher impacta diretamente o desenvolvimento e a segurança da primeira infância.

**e) Recomendações do Diagnóstico**

Para enfrentar este cenário, o diagnóstico recomenda:

1. **Programa Mulheres em Pobreza:** Criação de uma linha específica para as 1.437 mulheres mapeadas em pobreza extrema, com foco em qualificação profissional em horários compatíveis com o cuidado dos filhos.
2. **Articulação com o CREAS:** Monitoramento intensivo das mulheres que acumulam pobreza extrema e histórico de violência doméstica.
3. **Acesso Prioritário a Creches:** Garantia de vagas para filhos de mães solo em situação de pobreza, permitindo a inserção destas mulheres no mercado de trabalho e a rutura do ciclo de dependência do agressor.

### 10.4 Violação de Direitos de Pessoas Idosas

O diagnóstico municipal mapeou **357 idosos** (60 anos ou mais) em situação de baixa renda, dos quais **103 vivem em pobreza extrema**. A análise aponta para riscos específicos que vão além da carência financeira:

**a) O Perfil da Invisibilidade e Desproteção**

- **Idosos em Pobreza Extrema:** Os 103 idosos nesta condição representam o grupo de maior risco, pois estão fora do mercado de trabalho e, provavelmente, **não acedem a benefícios previdenciários ou ao BPC**. Esta ausência de renda mínima sugere falhas na documentação, falta de informação ou barreiras de acesso ao INSS.
- **A "Âncora" Familiar:** Verificou-se que idosos na faixa de baixa renda (mas não extrema) são frequentemente os únicos provedores de famílias com crianças e jovens. Esta dinâmica configura um risco de **exploração financeira e sobrecarga**, onde o benefício do idoso é diluído para sustentar o núcleo familiar.

**b) Geografias do Envelhecimento Vulnerável**

Diferente das crianças e jovens, a concentração de idosos vulneráveis inverte a dominância territorial:

- **Território 5 (Eliza Leonel e envolvente):** É o epicentro do envelhecimento da pobreza no município, concentrando **86 idosos (25,2% do total)**. O bairro **Eliza Leonel** lidera com 38 idosos e a maior razão idoso/adulto (33,6%), indicando uma população que envelheceu em situação de vulnerabilidade.
- **Nova Piumhi:** Apresenta um perfil de envelhecimento pronunciado, com uma razão de 29,5% de idosos por adulto, quase o dobro da média municipal (15,1%).
- **A Ausência no Novo Tempo:** O bairro Novo Tempo, apesar de ter 159 adultos vulneráveis, registou **zero idosos** no mapeamento. Esta "pobreza sem memória" é um alerta para a Vigilância Socioassistencial investigar se há sub-registo ou se o bairro é composto apenas por famílias jovens recém-chegadas.

**c) Riscos e Tipologias de Violação**

Embora a negligência e o abandono sejam as formas mais comuns, o diagnóstico identifica:

- **Isolamento Social:** Especialmente crítico para idosos que vivem sozinhos em bairros como Lagoa de Trás (35 idosos) e Nova Piumhi (28 idosos).
- **Barreiras na Zona Rural:** Embora a zona rural registe apenas 16 idosos vulneráveis, o sub-registo é uma preocupação, com territórios como ZR2, ZR6 e ZR7 a apresentarem zero idosos, o que exige busca ativa para confirmar a real inexistência de idosos desprotegidos nestas áreas.

**d) Recomendações Prioritárias**

Para mitigar estas violações, o diagnóstico recomenda:

1. **Busca Ativa para BPC:** Identificação individual dos 103 idosos em pobreza extrema para regularizar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada.
2. **Monitoramento de Famílias Extensas:** Visitas domiciliares onde o idoso é o único provedor de rendimento para prevenir a exploração financeira.
3. **Fortalecimento do SCFV:** Oferta de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com foco no combate ao isolamento social em territórios de envelhecimento como o Eliza Leonel.

## 10.5 Situações de Negligência e Abandono

A negligência e o abandono constituem as violações de direitos mais recorrentes no município de Piumhi, apresentando uma correlação direta com a insuficiência de renda e a fragilização das redes de apoio familiar. Diferente da violência física, estas situações caracterizam-se pela omissão de cuidados essenciais, manifestando-se com maior gravidade nos extremos do ciclo de vida: infância e velhice.

**a) Negligência contra Crianças e Adolescentes** Os dados do último quadrimestre de 2025 revelam que a negligência é a principal porta de entrada de denúncias no Conselho Tutelar e no CREAS:

- **Picos de Ocorrência:** O **abandono de incapaz** registou um pico crítico em outubro, com **12 novos casos**, mantendo uma média alta de 8 casos em dezembro.
- **Privação de Cuidados Básicos:** A análise territorial indica que, em bairros como **Nova Esperança** e **Bela Vista**, a negligência está frequentemente associada à falta de acesso a saneamento, alimentação adequada e supervisão, visto que as progenitoras (em sua maioria mulheres em pobreza extrema) precisam de se ausentar para o trabalho informal, deixando crianças sob o cuidado de irmãos pouco mais velhos.
- **Sub-registo Rural:** Na zona rural, a negligência assume uma face de invisibilidade. Com **44,4% das crianças rurais sem localidade identificada** no cadastro, o risco de abandono escolar e falta de vacinação é altíssimo, pois estas crianças estão fora do radar das visitas domiciliares sistemáticas.

**b) Abandono e Negligência contra a Pessoa Idosa**

A desproteção do idoso em Piumhi manifesta-se de duas formas principais identificadas pelo diagnóstico:

- **Abandono Afetivo e Isolamento:** Identificado prioritariamente nos territórios com maior "envelhecimento da pobreza", como o **Eliza Leonel (T5)** e **Nova Piumhi**. Nesses locais, idosos vivem em condições de isolamento social, muitas vezes sem a assistência mínima de familiares para higiene e saúde.

- **Auto-negligência por Pobreza:** Dos 103 idosos em pobreza extrema, muitos encontram-se em situação de auto-negligência não por opção, mas por absoluta falta de recursos para manter a própria dignidade, vivendo em habitações precárias e sem acesso a medicamentos.

**c) O Fenómeno do "Abandono de Localidade"**

Um dado técnico alarmante do diagnóstico é o elevado índice de **registos sem endereço precisado**:

- Cerca de **120 crianças e jovens** no município não possuem a sua morada corretamente identificada no sistema.

- Este "abandono administrativo" impossibilita a busca ativa e a prevenção de situações de negligência grave, pois o Estado não consegue localizar a família para oferecer o suporte da Proteção Social Básica (CRAS) antes que a situação evolua para uma violação de direitos (CREAS).

**d) Análise Territorial dos Riscos**

- **Território 3 (Nova Esperança/Centro):** Concentra o maior volume de intervenções por negligência intrafamiliar, com 400 adultos e 101 crianças na faixa de 0 a 6 anos vivendo sob alta pressão social.

- **Território 4:** Apresentou o maior crescimento de demandas de proteção no final do ano (**+133%**), indicando que novas situações de abandono e negligência estão a emergir nesta região e requerem monitorização imediata.

**e) Estratégias de Mitigação** Para reverter este quadro, o diagnóstico propõe:

1. **Busca Ativa Qualificada:** Regularização imediata da localização geográfica dos 120 jovens e 45 crianças rurais sem endereço, visando o acompanhamento preventivo.

2. **Fortalecimento da Rede de Cuidados:** Ampliação de vagas em tempo integral para filhos de mulheres em situação de pobreza extrema nos territórios T3 e T5, reduzindo o risco de abandono de incapaz durante a jornada laboral materna.

3. **Programa de Apoio ao Cuidador:** Intervenções específicas para famílias onde o idoso ou a criança dependem de cuidadores que também estão em situação de exaustão social e financeira.

## 10.6 Uso Problemático de Substâncias Psicoativas

O uso problemático de álcool e outras drogas em Piumhi é identificado no diagnóstico não apenas como uma questão de saúde, mas como um dos principais

**catalisadores de rutura de vínculos familiares** e de agravamento da pobreza. A análise dos dados demonstra que a dependência química atua como um fator de "retroalimentação" da vulnerabilidade, dificultando a inserção no mercado de trabalho e aumentando a incidência de violência doméstica.

**a) Interseção com a Extrema Pobreza** O diagnóstico revela que o uso de substâncias é uma barreira crítica para a autonomia das **1.437 pessoas em situação de pobreza extrema** no município.

- **Impacto na Empregabilidade:** Dados do SINE Piumhi, cruzados com a assistência social, indicam que a dependência química é uma das causas frequentes de rotatividade e perda de emprego, especialmente no setor de serviços e construção civil, onde a informalidade é alta.
- **Sobrecarga das Mulheres:** Como **71,5% dos adultos em pobreza extrema são mulheres**, muitas destas figuram como "cuidadoras" de familiares dependentes, acumulando a função de únicas provedoras enquanto lidam com a instabilidade gerada pelo uso de substâncias no domicílio.

**b) Dinâmica Territorial do Risco** O uso problemático de substâncias apresenta maior visibilidade em territórios com menor oferta de lazer e alta densidade populacional:

- **Território 3 (Nova Esperança e arredores):** Por concentrar o maior número de adultos vulneráveis (400 pessoas), este território apresenta a maior demanda por intervenções conjuntas entre o CREAS e o CAPS AD.
- **Bairros com Alta Taxa de Jovens:** Bairros como **Américo Arantes** e **São Judas Tadeu**, que possuem taxas de dependência jovem acima de 80%, são considerados áreas de "alerta vermelho" para o início precoce do consumo de substâncias, devido à falta de atividades de contraturno escolar e vulnerabilidade social acentuada.

**c) Impacto na Proteção Social Especial (Violações)** Os registos administrativos mostram uma correlação direta entre o uso de substâncias e as violações de direitos:

- **Violência Intrafamiliar:** Uma parcela significativa do aumento de **1.300% nas ocorrências de violência intrafamiliar** em outubro de 2025 está associada a episódios de surtos ou conflitos gerados pelo consumo de álcool e drogas por membros do núcleo familiar.
- **Negligência Infantil:** O **abandono de incapaz** (com picos de 12 casos mensais) está frequentemente ligado a contextos onde os responsáveis priorizam o consumo da substância em detrimento do cuidado e supervisão das 528 crianças de 0 a 6 anos mapeadas.

**d) A "Rota do Álcool" na Zona Rural** Na zona rural, embora o acesso a drogas ilícitas seja menor, o diagnóstico aponta para o uso problemático de álcool como um fator de isolamento.

- As comunidades rurais com maior número de adultos em baixa renda (como ZR1 e ZR4) carecem de unidades de atendimento descentralizadas, o que faz com

que o uso problemático permaneça invisível até que resulte em situações graves de saúde ou violência.

**e) Recomendações e Encaminhamentos** O diagnóstico enfatiza a necessidade de uma atuação intersetorial:

1. **Matriciamento SUAS/SUS:** Fortalecer o fluxo de encaminhamento entre CRAS/CREAS e o **CAPS AD** de Piumhi, garantindo que a família do dependente também receba suporte socioassistencial.
2. **Busca Ativa em Territórios Críticos:** Implementar programas de redução de danos e prevenção nos bairros com maior concentração de jovens vulneráveis.
3. **Grupos de Apoio para Mulheres:** Criação de espaços de escuta específicos para as mulheres que sofrem violência ou sobrecarga decorrente do uso de substâncias por parceiros ou filhos.

## 10.7 Trabalho Infantil

O trabalho infantil em Piumhi é analisado como uma estratégia de sobrevivência adotada por famílias em situação de pobreza extrema, sendo muitas vezes "invisibilizado" por ser realizado em ambientes domésticos, no auxílio a negócios familiares ou na zona rural. O diagnóstico identifica que o risco não é apenas económico, mas geracional.

**a) Indicadores de Risco: A Razão de Dependência Jovem** O principal indicador de alerta para o trabalho infantil no município é a **Taxa de Dependência Jovem**, que mede o número de jovens (7 a 17 anos) em relação ao número de adultos provedores em famílias de baixa renda:

- **Média Municipal:** Para cada 100 adultos vulneráveis, existem 44 jovens.
- **Territórios de Alerta Máximo:** No bairro **Américo Arantes**, a taxa atinge **82,7%**; no **São Judas Tadeu**, chega a **81,8%**.
- **Análise:** Nestes bairros, a carga de dependentes sobre os adultos é quase o dobro da média municipal. Nestes contextos, a pressão para que o adolescente contribua com a renda familiar através de trabalhos informais ou precários é significativamente maior.

**b) O Trabalho Infantil na Zona Rural**

Na zona rural de Piumhi, o trabalho infantil apresenta características culturais de auxílio na lida do campo:

- **Invisibilidade Geográfica:** Das crianças e jovens rurais em situação de pobreza, **44,4% não possuem localidade identificada** no cadastro.
- **Fator de Risco:** A falta de endereçamento impede que a fiscalização e as equipes do CRAS monitorem a frequência escolar e identifiquem se jovens estão a substituir a escola pelo trabalho sazonal em colheitas ou trato de animais.

**c) Perfil do Público Vulnerável**

- Foram mapeados **1.038 jovens (7 a 17 anos)** em situação de baixa renda no município.
- **Evasão e Ociosidade:** O diagnóstico aponta que o risco de trabalho infantil aumenta no período de férias escolares (dezembro e janeiro), coincidindo com o aumento da demanda por serviços informais no comércio e agricultura local.

**d) Interseção com a Chefia Familiar Feminina**

Como **71,5% dos adultos em pobreza extrema são mulheres**, muitas destas mães solo encontram-se em situação de desespero financeiro. O trabalho infantil surge aqui como uma "ajuda necessária", onde o filho mais velho assume responsabilidades de cuidado (trabalho doméstico/cuidado de irmãos menores) para que a mãe possa trabalhar, ou ingressa precocemente no mercado informal.

**e) Estratégias de Erradicação e Enfrentamento** Com base nos dados, o diagnóstico recomenda as seguintes ações prioritárias:

1. **Monitoramento do SCFV (Serviço de Convivência):** Foco prioritário nos jovens dos bairros **Américo Arantes, São Judas Tadeu e Nova Esperança**, garantindo atividades de contraturno que retirem o jovem da rua e do mercado de trabalho precoce.
2. **Programa Jovem Aprendiz:** Articulação com o SINE Piumhi para converter situações de trabalho informal em oportunidades de **Aprendizagem Profissional** legalizada para jovens a partir dos 14 anos.
3. **Busca Ativa Escolar:** Cruzamento mensal de dados entre a Secretaria de Educação e a Assistência Social para identificar casos de infrequência escolar, que é o primeiro sinal de inserção no trabalho infantil.
4. **Regularização de Endereços Rurais:** Urgência na identificação das 45 crianças rurais sem endereço para garantir que a rede de proteção chegue às propriedades mais isoladas.

## 10.8 Outras Situações de Risco Identificadas

Para além das violações tipificadas anteriormente, o diagnóstico da Vigilância Socioassistencial identificou riscos latentes que fragilizam a rede de proteção e aumentam a vulnerabilidade das famílias em Piumhi. Estas situações atuam como "barreiras invisíveis" ao acesso a direitos.

**a) Risco por Invisibilidade Geográfica (Sub-registo Rural)** Um dos riscos mais críticos identificados é a precariedade dos dados de localização na zona rural:

- **Dados Alarmantes:** Foram identificados **44,4% das crianças rurais** e uma parcela significativa dos adultos sem a indicação da comunidade ou localidade no Cadastro Único.

- **Impacto no Risco:** A ausência de endereço impossibilita a **Busca Ativa**. Sem saber onde estas famílias residem, o município não consegue garantir que as vacinas, a frequência escolar e as visitas domiciliares do CRAS cheguem a quem mais precisa, configurando um risco de desassistência programada.

**b) Vulnerabilidade Habitacional e Saneamento** A análise territorial, cruzada com os dados de pobreza extrema, aponta para riscos ambientais e de saúde:

- **Concentração no Território 3 (Nova Esperança):** Onde se concentram 400 adultos e 101 crianças na primeira infância, há uma pressão maior sobre a infraestrutura urbana. O risco aqui é a **reprodução do ciclo de doenças** e a precariedade do espaço doméstico, que muitas vezes não oferece condições de privacidade e segurança para o desenvolvimento infantil.
- **Hacinamento (Adensamento Excessivo):** Em bairros como **Bela Vista** e **Centro**, o diagnóstico sugere a existência de coabitação (várias famílias na mesma morada) como estratégia para dividir custos de aluguer, o que eleva o risco de conflitos intrafamiliares e violações de direitos.

**c) Risco de Desproteção Previdenciária** O diagnóstico revelou um contingente de **103 idosos em pobreza extrema** que não acedem a nenhum tipo de renda estatal.

- **O Risco da Fome:** Estes indivíduos estão em risco iminente de insegurança alimentar grave. A ausência do BPC (Benefício de Prestação Continuada) ou de aposentadoria para este grupo indica que podem existir barreiras de **analfabetismo funcional** ou falta de documentos básicos que os impedem de aceder ao sistema previdenciário.

**d) Sazonalidade e Risco Económico** O diagnóstico do SINE de Piumhi aponta para um risco relacionado com a dinâmica do mercado de trabalho local:

- **Instabilidade de Rendimento:** A forte dependência de setores sazonais gera "picos de vulnerabilidade". Nos meses de entressafra ou final de ano, o aumento de **133% na demanda de proteção** no Território 4 sugere que, quando a renda do trabalho formal ou informal escasseia, os riscos de violência e negligência dentro dos lares aumentam imediatamente.

**e) Riscos Identificados por "Silenciamento"** O diagnóstico nota que em bairros como **Novo Tempo**, apesar da alta vulnerabilidade económica (159 adultos), o registo de idosos e crianças é atipicamente baixo ou nulo.

- **Alerta Técnico:** Existe o risco de que estes públicos estejam presentes, mas "silenciados" por falta de atualização cadastral ou por serem famílias novas que ainda não estabeleceram vínculos com os equipamentos do SUAS (CRAS/CREAS), o que exige uma varredura territorial técnica.

A análise de riscos e vulnerabilidades de Piumhi demonstra que o município enfrenta um desafio onde a **pobreza extrema (71,5% feminina)** é o eixo central que sustenta a violência, o trabalho infantil e a negligência. O enfrentamento destes riscos exige não apenas a transferência de renda, mas uma busca ativa geográfica para eliminar a invisibilidade dos territórios rurais e dos bolsões urbanos mais críticos.

# 11. TENDÊNCIAS SOCIAIS NO PERÍODO ANALISADO

A análise das tendências sociais em Piumhi, baseada no cruzamento de dados do Cadastro Único, SINE e registros de violações de direitos do último semestre, revela um cenário de transição. Observa-se que, embora alguns indicadores econômicos apresentem estabilidade, as fragilidades sociais internas das famílias demonstram sinais de agravamento, especialmente nos territórios periféricos.

## 11.1 Tendências de Aumento e Redução

O município apresenta uma **tendência de aumento acentuado nas notificações de violência psicológica e intrafamiliar**, com picos que ultrapassaram **1.000% de variação** em meses específicos (como outubro). Esse aumento não reflete necessariamente um surgimento súbito de novos agressores, mas sim uma maior eficácia da rede de proteção e do Conselho Tutelar em identificar casos anteriormente silenciados. Paralelamente, nota-se o aumento da **demanda por Seguro-Desemprego** no final do ano (dezembro), indicando uma ciclicidade do mercado de trabalho local que desprotege o trabalhador justamente nos períodos de maior gasto familiar.

Em contrapartida, observa-se uma **tendência de redução na busca por novos cadastros (inclusões)** em certos bairros centrais, sugerindo uma saturação ou estabilização da pobreza nessas áreas. Contudo, essa redução é técnica e não necessariamente social, podendo indicar que as famílias já estão cadastradas e agora migram da "baixa renda" para a "pobreza extrema", como demonstra a taxa de conversão de **87,4%** observada no público adulto.

## 11.2 Novos Fenômenos Observados

Um fenômeno emergente e preocupante é a **"Invisibilidade Geográfica Programada"** na zona rural e em bairros novos como o Novo Tempo. O diagnóstico identificou que **44,4% das crianças rurais** de baixa renda não possuem endereço localizado no sistema. Esse "apagão" de dados é um novo desafio para a Vigilância Socioassistencial, pois cria uma barreira para a busca ativa.

Outro fenômeno identificado é a **feminização extrema da pobreza em bairros específicos**, onde a presença masculina adulta em situação de vulnerabilidade é quase nula (como em Alvorada, com 88,9% de mulheres). Isso aponta para um novo desenho familiar: comunidades formadas quase exclusivamente por mulheres e crianças, onde a rede de apoio comunitário substitui a ausência do Estado e do provedor masculino.

## 11.3 Territórios em Agravamento

O diagnóstico aponta três frentes de agravamento territorial:

1. **O Eixo de Pressão do Território 3 (Nova Esperança):** Este território consolida-se como a área de maior risco social contínuo, concentrando o maior volume de crianças na primeira infância (101) e adultos em pobreza extrema (400). O

agravamento aqui é qualitativo: a pobreza está se tornando mais profunda e multicausal.

2. **A Expansão Crítica do Território 4:** Este território registrou o maior crescimento de demanda por proteção especial no quadrimestre, com um salto de **133% nos atendimentos**. É a área que mais rapidamente se desestabilizou socialmente no período analisado.

3. **O Envelhecimento Vulnerável do Território 5 (Eliza Leonel):** Diferente dos outros, este território agrava-se pela idade. Com a maior razão de idosos por adulto (33,6%), o risco aqui é o isolamento social e a negligência contra a terceira idade, que cresce à medida que os cuidadores familiares também mergulham na pobreza.

Em suma, a tendência geral para Piumhi aponta para uma **pobreza mais concentrada em mulheres e crianças**, localizada em territórios específicos que demandam uma presença estatal não apenas de balcão, mas de busca ativa e intersetorialidade (Saúde, Educação e Assistência) para romper o ciclo de agravamento observado.

## 12. PRIORIDADES TERRITORIAIS E PÚBLICOS PRIORITÁRIOS

A definição de prioridades para o município de Piumhi baseia-se no cruzamento da densidade demográfica da pobreza com a gravidade das violações de direitos identificadas. O objetivo é otimizar a alocação de recursos e as visitas domiciliares, focando nos pontos de maior pressão social.

### 12.1 Territórios Prioritários

Com base no mapeamento, três recortes territoriais exigem atenção imediata e diferenciada:

1. **Prioridade 1 - Território 3 (Núcleo Nova Esperança):** É a área de maior vulnerabilidade absoluta do município. Concentra **400 adultos e 101 crianças (0-6 anos)** em baixa renda. É o território com maior reincidência de negligência e o principal polo de demanda para a proteção básica e especial.

2. **Prioridade 2 - Território 4 (Zona de Expansão de Riscos):** Embora não tenha o maior número absoluto, é o território que apresentou o **maior agravamento recente (+133% de demandas)**. Exige uma intervenção de "contenção" para evitar que as violações de direitos se tornem crônicas.

3. **Prioridade 3 - Zona Rural (Invisibilidade Estrutural):** A prioridade aqui não é pelo volume de casos, mas pela falha cadastral. Com **44,4% das crianças rurais sem endereço**, este território é prioritário para uma força-tarefa de busca ativa e regularização de dados.

### 12.2 Públicos Prioritários

O diagnóstico isolou grupos específicos que apresentam maior risco de desproteção:

- **Mulheres em Pobreza Extrema (Chefia Monoparental):** Representam **71,5%** do público adulto vulnerável. São o público-alvo central para programas de autonomia financeira e creches em tempo integral.
- **Crianças na Primeira Infância (0 a 6 anos):** As **528 crianças** mapeadas são a prioridade absoluta para a prevenção de ciclos intergeracionais de pobreza.
- **Idosos em Pobreza Extrema Sem Renda:** Os **103 idosos** identificados sem acesso a benefícios previdenciários ou BPC constituem o grupo de maior risco de insegurança alimentar e morte social.
- **Adolescentes em Risco de Trabalho Infantil:** Especialmente nos bairros **Américo Arantes** e **São Judas Tadeu**, onde a taxa de dependência jovem ultrapassa **80%**.

### 12.3 Demandas mais Recorrentes

A rede socioassistencial deve estar preparada para responder prioritariamente a:

- **Insegurança Alimentar e Auxílio Natalidade:** Demandas diretas da extrema pobreza urbana.
- **Orientação e Inserção no Cadastro Único:** Especialmente para atualização de endereços e composição familiar.
- **Mediação de Conflitos e Fortalecimento de Vínculos:** Visando reduzir as taxas de violência intrafamiliar.

### 12.4 Situações mais graves

Devem ser tratadas como "emergência social" e ter fluxo de atendimento imediato:

- **Abandono de Incapaz:** Casos identificados com picos mensais de até 12 ocorrências.
- **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes:** Registrada com maior incidência no fechamento do ano (dezembro).
- **Idosos em Situação de Isolamento e Auto-negligência:** Casos onde a pobreza extrema impede o autocuidado básico.

# 13. RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

As recomendações aqui apresentadas visam o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Piumhi, focando na intersetorialidade e na eficiência do gasto público para a superação das vulnerabilidades identificadas.

## 13.1 Achados da Vigilância Socioassistencial

A partir da análise dos registros, observação técnica e escuta qualificada dos usuários, a Vigilância Socioassistencial identificou os seguintes pontos críticos na operacionalização dos serviços:

**• Tempo de resposta às demandas**

Foram identificadas situações de **demora significativa no atendimento de demandas**, especialmente relacionadas à realização de visitas técnicas, com registros em que solicitações realizadas em determinado período foram atendidas apenas meses depois. Tal situação pode comprometer a efetividade das intervenções e a proteção social das famílias.

**• Acesso ao primeiro atendimento no CRAS**

Observa-se **dificuldade no agendamento do primeiro atendimento**, com relatos recorrentes de usuários que aguardam períodos prolongados para serem atendidos após a busca inicial pelo serviço. Essa questão se evidencia principalmente nas demandas por benefícios eventuais, indicando possível descompasso entre a capacidade de atendimento e o volume de procura.

**• Percepção dos usuários sobre o atendimento**

Foram registrados **relatos de insatisfação quanto ao acolhimento e à postura profissional**, apontando, em alguns casos, percepção de falta de escuta qualificada e atendimento pouco humanizado. Ainda que não seja uma realidade homogênea, trata-se de um indicativo relevante para qualificação das práticas profissionais.

**• Fragilidade no registro das informações (GESUAS)**

Identificou-se **subnotificação dos atendimentos e encaminhamentos realizados nos sistemas oficiais**, especialmente no GESUAS. Como exemplo, verificou-se número reduzido de registros de concessão de passagens em desacordo com a prática observada no cotidiano dos serviços. Essa inconsistência compromete a confiabilidade dos dados e limita a capacidade de planejamento e monitoramento das ações.

### 13.1.2 Recomendações Técnicas da Vigilância Socioassistencial

Considerando os achados apresentados, a Vigilância Socioassistencial propõe as seguintes recomendações, com vistas ao aprimoramento da oferta dos serviços:

**• Organização dos fluxos de atendimento**

Revisar e padronizar os fluxos internos, com definição de prazos para atendimento das demandas, especialmente para visitas técnicas, priorizando situações de maior vulnerabilidade e risco social.

**• Ampliação e qualificação do acesso no CRAS**

Avaliar estratégias para redução do tempo de espera no primeiro atendimento, como reorganização de agenda, triagem qualificada e iampliação da capacidade de atendimento conforme a demanda identificada.

**• Fortalecimento das práticas de acolhimento**

Promover ações de capacitação continuada voltadas à **escuta qualificada, ética profissional e humanização do atendimento**, visando melhorar a relação com os usuários e a qualidade do serviço ofertado.

**• Regularização e monitoramento dos registros no GESUAS**

Estabelecer rotinas obrigatórias de lançamento das informações, com acompanhamento sistemático pela gestão, garantindo maior fidedignidade dos dados e subsidiando a Vigilância Socioassistencial.

**• Monitoramento contínuo pela Vigilância**

Instituir processos periódicos de análise e devolutiva dos dados para as equipes, fortalecendo o uso das informações como ferramenta de gestão e qualificação dos serviços.

### 13.2 Recomendações para a Proteção Social Básica (CRAS)

O CRAS deve atuar como a principal barreira preventiva contra a evolução de riscos para violações graves:

- **Busca Ativa Territorializada:** Implementar um cronograma de visitas domiciliares focado nos 120 jovens e 45 crianças rurais sem endereço identificado, regularizando o cadastro e garantindo o acesso a serviços.
- **Fortalecimento do SCFV:** Ampliar as oficinas e grupos de convivência nos bairros **Américo Arantes** e **São Judas Tadeu**, visando reduzir a taxa de dependência jovem e prevenir o trabalho infantil.
- **Programa de Autonomia Feminina:** Criar grupos de PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) específicos para as mulheres em pobreza extrema (71,5% do público adulto), com foco em empreendedorismo e economia solidária.

### 13.3 Recomendações para a Proteção Social Especial (CREAS)

Focadas no atendimento a quem já teve seus direitos violados:

- **Protocolo de Manejo de Crises:** Estabelecer um fluxo de atendimento imediato para os meses de outubro e dezembro, períodos em que os dados apontam picos de **1.300% em violência intrafamiliar**.

- **Especialização no Atendimento ao Idoso:** Capacitar a equipa para a identificação de violência financeira e auto-negligência entre os **103 idosos em pobreza extrema** identificados.
- **Articulação CAPS/CREAS:** Formalizar o fluxo de contrarreferência para casos de uso problemático de substâncias, garantindo que o tratamento de saúde venha acompanhado de suporte social à família.

### 13.4 Recomendações para a Gestão

Diretrizes para os tomadores de decisão e planeamento orçamental:

- **Georreferenciamento de Dados:** Investir em ferramentas de mapa social para monitorizar o **Território 4**, que apresentou agravamento de 133% nas demandas, permitindo respostas rápidas.
- **Pacto de Redução da Pobreza Extrema:** Articular com a Secretaria de Desenvolvimento Económico a criação de frentes de trabalho ou incentivos fiscais para empresas que contratem mulheres chefes de família mapeadas no diagnóstico.
- **Institucionalização da Vigilância Socioassistencial:** Garantir a continuidade da produção destes relatórios analíticos quadrimestrais como ferramenta de gestão baseada em evidências.

### 13.5 Recomendações para a Rede Socioassistencial (Intersetorialidade)

A Assistência Social não opera isolada; a rede de Piumhi deve atuar em bloco:

- **Interface Educação/SUAS:** Monitorização mensal da frequência escolar nos territórios com maior risco de trabalho infantil, disparando visitas do CRAS ao primeiro sinal de evasão.
- **Saúde e Primeira Infância:** Garantir que as **528 crianças de 0 a 6 anos** mapeadas tenham prioridade absoluta nas consultas de crescimento e desenvolvimento (puericultura) e acesso a creches.
- **SINE e Qualificação:** Direcionar as vagas de cursos profissionalizantes prioritariamente para os jovens de 14 a 17 anos residentes nos territórios de alta vulnerabilidade.

### 13.6 Recomendações para as Organizações da Sociedade Civil (OSC)

As entidades parceiras devem alinhar os seus planos de trabalho às carências do município:

- **Foco na Zona Rural:** Incentivar que as OSCs desenvolvam projetos itinerantes para as comunidades rurais com maior sub-registo (ZR1, ZR4 e ZR6).

- **Atendimento ao Idoso no Território 5:** Estimular projetos de combate ao isolamento social no bairro **Eliza Leonel**, onde a população idosa é proporcionalmente maior.

## 14. ANÁLISE DAS DEMANDAS DO SUAS POR TERRITÓRIO

Este tópico detalha a particularidade de cada região de Piumhi, permitindo que as equipes do CRAS e CREAS planejem suas ações de acordo com o perfil demográfico e social de sua área de abrangência.

### 14.1 Território 1 (T1) – Centralidade e Dispersão

- **Bairros principais:** Centro, Bela Vista, Vila Agostinho.
- **Demandas Principais:** Alta busca por benefícios eventuais (cesta básica) e auxílio-doença/BPC devido à concentração de idosos e pessoas com deficiência.
- **Público mais afetado:** Mulheres chefes de família no Centro (onde há 272 adultos vulneráveis) e crianças pequenas no Bela Vista (38 crianças de 0-6 anos).
- **Principais Violações:** Negligência por isolamento em cortiços ou áreas de aluguel social no centro urbano.

### 14.2 Território 2 (T2) – Periferia Consolidada

- **Bairros principais:** Nova Piumhi, Alvorada, Olinda.
- **Demandas Principais:** Regularização de Cadastro Único e acompanhamento do PAIF.
- **Público mais afetado: Mulheres (Feminização Extrema).** No bairro Alvorada, 88,9% dos adultos vulneráveis são mulheres; no Olinda, 85,7%.
- **Principais Violações:** Violência doméstica e psicológica, muitas vezes subnotificada pela dependência financeira da mulher.

### 14.3 Território 3 (T3) – Epicentro de Vulnerabilidade

- **Bairros principais:** Nova Esperança, Vila São Vicente.
- **Demandas Principais:** Intervenção multidimensional. É o território com maior pressão por serviços de convivência e proteção especial.
- **Público mais afetado:** Crianças e Jovens. Concentra o maior número de crianças de 0 a 6 anos do município (**101 crianças**).
- **Principais Violações: Abandono de incapaz e negligência grave.** Este território exige o maior número de visitas domiciliares mensais.

### 14.4 Território 4 (T4) – Alerta de Agravamento

- **Bairros principais:** Tijuco, Novo Tempo.

- **Demandas Principais:** Inserção produtiva e combate à insegurança alimentar súbita.
- **Público mais afetado:** Adultos desempregados e famílias em fase de expansão. Registrou aumento de **133% nas demandas** de proteção.
- **Principais Violações:** Conflitos familiares decorrentes da perda súbita de renda e instabilidade habitacional.

### 14.5 Território 5 (T5) – Polo de Envelhecimento

- **Bairros principais:** Eliza Leonel, São Judas Tadeu, Américo Arantes.
- **Demandas Principais:** BPC Idoso e Serviço de Convivência para Idosos e Jovens.
- **Público mais afetado:** Idosos (no Eliza Leonel) e Adolescentes (no Américo Arantes).
- **Principais Violações: Trabalho Infantil e Exploração Financeira de Idosos.** O Américo Arantes possui a maior taxa de dependência jovem (82,7%), aumentando o risco de evasão escolar para o trabalho precoce.

### 14.6 Territórios Rurais (ZR) – A Face da Invisibilidade

- **Principais Comunidades:** Pântano, Retiro, entre outras.
- **Demandas Principais:** Acesso geográfico e documentação básica.
- **Público mais afetado:** Famílias rurais isoladas. **44,4% das crianças rurais** não têm endereço mapeado.
- **Principais Violações:** Trabalho infantil sazonal e subnotificação de negligência por falta de acesso das equipes técnicas às propriedades distantes.

## 15. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS

A elaboração deste diagnóstico consolidado do segundo semestre de 2025 proporcionou uma radiografia inédita da realidade social de Piumhi. Ao cruzar dados do Cadastro Único, do SINE e dos registros de violações de direitos (CRAS, CREAS e Conselho Tutelar), ficou evidente que o município dispõe de uma rede de proteção ativa, mas ainda enfrenta desafios estruturais diante de uma pobreza crescente, predominantemente feminina, infantilizada e territorialmente concentrada.

### 15.1 Síntese do Cenário Diagnosticado

O diagnóstico evidencia que a vulnerabilidade em Piumhi possui "endereço e rosto". A pobreza extrema atinge de forma desproporcional as mulheres (71,5% do público adulto) e a primeira infância, com 528 crianças de 0 a 6 anos vivendo em contextos de baixa renda. O fenômeno da "feminilização da pobreza" atua como

catalisador de outros riscos: quando a mulher está desprotegida e sobrecarregada, aumentam significativamente os casos de negligência infantil e violência doméstica, chegando a picos de até 1.300% em períodos de maior tensão social.

Territorialmente, o Território 3 (Nova Esperança) e o Território 4 (Novo Tempo) configuram áreas de urgência máxima, enquanto a Zona Rural apresenta um risco crítico de invisibilidade, com 44,4% das crianças sem endereço cadastrado, dificultando a chegada das políticas públicas de forma preventiva.

## 15.2 Necessidades de Expansão da Rede: CRAS 2 e CRAS Volante

A análise da capacidade de atendimento frente à demanda reprimida indica a saturação do modelo atual. Para fortalecer a proteção social em Piumhi, recomenda-se:

- **Implantação do CRAS 2:** A concentração de mais de 400 adultos e 100 crianças no Território 3, somada ao crescimento de 133% das demandas no Território 4, justifica a criação de uma segunda unidade do Centro de Referência de Assistência Social. Um CRAS 2 estrategicamente posicionado possibilitará descentralizar atendimentos, reduzir filas e aproximar a equipe técnica das famílias com dificuldade de deslocamento até a unidade central.
- **Equipe de CRAS Volante:** Para enfrentar o sub-registro e a desassistência na zona rural, é urgente a formalização de uma equipe móvel do CRAS, destinada à busca ativa nas 18 comunidades rurais identificadas (como Pântano e Retiro). Essa ação garantirá que famílias isoladas acessem programas como Bolsa Família, BPC e acompanhamento técnico, sem depender de transporte próprio até a cidade.

## 15.3 Pontos de Melhoria e Recomendações de Gestão

Além da expansão física, o município deve aprimorar processos internos:

- **Saneamento de dados geográficos:** Realizar mutirão de atualização cadastral com foco em georreferenciamento, eliminando registros "sem localidade" que limitam a atuação da Vigilância Socioassistencial.
- **Intersetorialidade efetiva:** Criar um Comitê Intersetorial de Vulnerabilidade, envolvendo Assistência Social, Saúde e Educação, para compartilhar informações sobre famílias em situação de risco, considerando os impactos da pobreza sobre emprego, saúde e educação.
- **Foco na autonomia da mulher:** Políticas de qualificação profissional devem ser acompanhadas de suporte ao cuidado infantil (como ampliação de vagas em creches), promovendo a independência econômica e rompendo ciclos de dependência.

# 16. Conclusão Final

O presente Relatório da Vigilância Socioassistencial do município de Piumhi/MG, referente ao segundo semestre de 2025, consolida uma leitura técnica e territorializada da realidade social local, evidenciando a complexidade das vulnerabilidades e a crescente demanda sobre a rede socioassistencial.

A análise dos dados demonstra que o município possui um contingente expressivo de população em situação de vulnerabilidade, com **4.281 indivíduos em baixa renda**, incluindo **2.358 adultos (18 a 59 anos)** e **528 crianças de 0 a 6 anos**, evidenciando a forte presença da vulnerabilidade na primeira infância e seu caráter intergeracional.

Do ponto de vista territorial, verifica-se uma **distribuição desigual das vulnerabilidades**, com concentração significativa no **Território 3**, que se configura como área de **alto risco socioterritorial**, reunindo:

- **745 adultos em situação de baixa renda**
- **173 crianças na primeira infância**, correspondendo a **35,8% das crianças urbanas**

Esse território se consolida como o principal epicentro das demandas sociais, exigindo prioridade na oferta de serviços, intensificação da busca ativa e ampliação do acompanhamento familiar.

Outros territórios também apresentam dinâmicas específicas relevantes:

- **Território 2**: marcado pela **vulnerabilidade envelhecida**, com alta concentração de idosos e fragilidade de vínculos;
- **Território 5**: caracterizado pela **vulnerabilidade intergeracional**, com presença simultânea de crianças e idosos;
- **Territórios 1 e 4**: classificados como **risco emergente**, com crescimento gradual das demandas sociais;
- **Zona rural**: representa **8,4% da população vulnerável**, com destaque para a **invisibilidade social**, evidenciada pelo fato de **44,4% das crianças não possuírem localidade identificada**.

No que se refere à proteção social, observa-se forte pressão sobre a rede socioassistencial.

O CRAS, enquanto principal porta de entrada do SUAS, realiza atendimento anual de aproximadamente **6.767 famílias**, número significativamente superior ao parâmetro de referência, evidenciando **sobrecarga estrutural do equipamento**.

No período analisado:

- Foram realizados **2.690 atendimentos no PAIF**, com média mensal de **538 atendimentos**;

- Houve crescimento de **25,4% no número de famílias acompanhadas**;
- Foram realizadas **247 visitas domiciliares**, com destaque para ações de busca ativa;
- Foram concedidos **481 benefícios socioassistenciais**, com média de **96 por mês**, evidenciando alta demanda por provisões imediatas.

Na Proteção Social Especial, observa-se ampliação das situações de violação de direitos:

- O CREAS registrou **338 atendimentos em dezembro de 2025**;
- Houve crescimento de **15,2% no número de famílias acompanhadas pelo PAEFI**;
- Foram identificados **46 novos casos de violação de direitos**, com destaque para violência intrafamiliar, negligência e uso de substâncias psicoativas.

No campo das vulnerabilidades, destacam-se como principais expressões da questão social no município:

- **Insegurança alimentar**, evidenciada pela alta demanda por benefícios eventuais;
- **Desemprego e trabalho informal**, com forte dependência de programas de transferência de renda;
- **Fragilização de vínculos familiares e comunitários**;
- **Violência contra crianças, adolescentes e mulheres**;
- **Uso problemático de substâncias psicoativas**;
- **Crescimento da população em situação de rua e demandas associadas**.

Além das vulnerabilidades sociais, a Vigilância Socioassistencial identificou **fragilidades na operacionalização dos serviços**, que impactam diretamente a efetividade da política pública, dentre as quais se destacam:

- demora no atendimento de demandas e realização de visitas técnicas;
- tempo prolongado para acesso ao primeiro atendimento no CRAS;
- insatisfação de usuários quanto ao acolhimento;
- inconsistências nos registros no sistema GESUAS, comprometendo a produção de dados fidedignos.

Esses elementos evidenciam a necessidade de qualificação dos processos de trabalho, organização dos fluxos e fortalecimento da gestão da informação.

Diante do cenário apresentado, torna-se evidente que o município enfrenta **um contexto de vulnerabilidade estrutural associado à sobrecarga da rede socioassistencial**, demandando respostas estratégicas e estruturantes.

Destacam-se como prioridades:

- ampliação da rede de atendimento, com implantação de **CRAS 2 e CRAS Volante**;
- fortalecimento da Proteção Social Básica como estratégia preventiva;
- reorganização dos fluxos de atendimento e redução da demanda reprimida;
- qualificação do registro de informações e uso dos sistemas oficiais;
- investimento na gestão do trabalho e capacitação das equipes;
- intensificação da atuação territorializada, especialmente no **Território 3 e na zona rural**.

Por fim, reafirma-se que a Vigilância Socioassistencial desempenha papel estratégico na gestão do SUAS, ao possibilitar a leitura crítica da realidade, subsidiar o planejamento e orientar a tomada de decisão.

Este relatório consolida-se, portanto, como instrumento fundamental para o fortalecimento da política de Assistência Social em Piumhi, contribuindo para a construção de respostas mais eficazes, equitativas e alinhadas às reais necessidades da população, com vistas à garantia de direitos e à promoção da proteção social.